

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

FRANCESCO SUANNO NETO

**PODERES E FAMÍLIA:
DOMICÍLIOS MULTIFACETADOS CHEFIADOS POR MULHERES
ALDÊA VELHA (ES), 1843**

VITÓRIA
2014

FRANCESCO SUANNO NETO

**PODERES E FAMÍLIA:
DOMICÍLIOS MULTIFACETADOS CHEFIADOS POR MULHERES
ALDÊA VELHA (ES), 1843**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES), como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nader.

VITÓRIA
2014

FRANCESCO SUANNO NETO

**PODERES E FAMÍLIA:
DOMICÍLIOS MULTIFACETADOS CHEFIADOS POR MULHERES
ALDÊA VELHA (ES), 1843**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Marcella Beraldo de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora
Membro externo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

À Ana Fehelberg

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S939p Suanno Neto, Francesco, 1987-
Poderes e família : domicílios multifacetados chefiados por
mulheres. Aldêa Velha (ES), 1843 / Francesco Suanno Neto. – 2014.
109 f. : il.

Orientador: Maria Beatriz Nader.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. População. 2. Mulheres chefes de família. 3. Aldêa Velha (ES) –
População. I. Nader, Maria Beatriz, 1956-. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Espírito Santo, ao PPGHIS e à CAPES, por todas as oportunidades oferecidas nos últimos anos.

À professora, orientadora e sincera amiga Maria Beatriz Nader, responsável por me guiar pelos caminhos da Universidade, por abrir portas e por provocar a busca por novos horizontes. Uma mestra inspiradora e companheira, a quem sou grato pelo resto da vida.

À “minha meiga senhorita” Ana Fehelberg, por quem sou apaixonado e dedico esta dissertação. Tome nota que “Mi amor tiene dos vidas para amarte. Por eso te amo cuando no te amo y por eso te amo cuando te amo”.

À Laiz Ariana, amiga providencial, que achou tempo para me entender e me fazer ser entendido.

Aos meus pais, Mauriza e Emílio, por me darem todas as condições de buscar meus sonhos, pelo amor e pela educação dada.

Aos familiares, em especial aos meus padrinhos, Dora e Pietro; à minha avó Barbosa; aos meus sogros, Jacy e Cacá; aos meus cunhados, Saulo e Vitor; e ao meu sobrinho e afilhado, Ítalo, que aguentou duramente a ausência do tio.

Aos melhores amigos que uma pessoa pode ter: Flavia Garcia e Eduardo Arruda, Carol e Arnaldo Zucateli, Uliane Bertholdi e Arthur de Andrade, Érica e Rafael Jubini, Thais Ferreira e Fábio Paiva, Letícia Siqueira e Vinícius Barcelos, Nana Atallah e Rafael Barbieri, Júlia Atallah e Guilherme Sgaria, Tiago Onofre, Luciana Silveira, Carol Soares, Thiago Salazar, Bianca Nicchio, Glauber Niero, Ayran Loriato e Matheus Mariani. Ficar perto de vocês é o que mais gosto de fazer na vida, obrigado. A todos os colegas da turma de 2005/01 de graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, minha nostalgia saudável, obrigado pelos fantásticos anos de faculdade.

Ao Rock 'n' Roll que me inspira, me arrepia e me acalma. Faria uma lista interminável de bandas cuja arte se fez e se faz presente na minha vida. Um obrigado especial ao Black Sabbath, ao Helloween e ao Angra, bandas que me acompanham desde a adolescência e que me fazem sentir o frescor da juventude a cada acorde.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. (...) Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Michelle Perrot

RESUMO

A pesquisa *Poderes e Família: domicílios multifacetados chefiados por mulheres. Aldêa Velha (ES), 1843* buscou discutir as variadas características das famílias em uma pequena vila do norte do Espírito Santo, chamada Aldêa Velha, atual Santa Cruz, no referido ano. A partir do contato com a fonte intitulada *Mappa da Populasam da Freguezia de Nossa Senr.A da Penha de Aldêa Velha; Pertencente ao anno de 1843*, coletado junto ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, foi possível examinar os arranjos dos domicílios. O documento, que trata de uma contagem de população de meados do século XIX, relaciona informações como nome, etnia, idade, naturalidade, estado civil e profissão dos habitantes da localidade. O estudo voltou-se para análise da composição das famílias, em especial daquelas chefiadas por mulheres, inspirado nos critérios estabelecidos pela pesquisadora Eni de Mesquita Samara, que propôs tipificações das variadas possibilidades de composições familiares. Esta pesquisa se concentrou, ainda, em verificar, por meio de tabelas produzidas a partir dos dados contidos no maço de população citado, o panorama dos arranjos familiares de Aldêa Velha, no ano de 1843. Constatou-se, na análise dos dados, que a presença feminina naquela sociedade se dava de modo expressivo no comando das famílias, possibilitando a compreensão das especificidades e características das unidades domésticas, bem como dos espaços de atuação das mulheres na região. Enfim, pode-se dispor que, em Aldêa Velha, havia, de fato, a composição de *domicílios multifacetados*, ou seja, aquelas moradias de caráter flexível e disperso, compostas por múltiplos modelos. As unidades domésticas chefiadas por mulheres buscavam diferentes estratégias para a gestão de seu domicílio, revelando a presença dessas personagens nos mais distintos âmbitos sociais.

Palavras-chave: Contagem de População. Mulheres. Domicílios chefiados por mulheres.

ABSTRACT

The research *Powers and Family: multifaceted female-headed households. Aldea Velha (ES), 1843* sought to discuss the various characteristics of households headed by women in a small village in the north of Espírito Santo, called Aldêa Velha, in 1843. Starting from contact with the source titled *Mappa da Populasam da Freguezia de Nossa Senr.A da Penha de Aldêa Velha; Pertencente ao anno de 1843*, collected by the Public Archives of the State of Espírito Santo, it was possible to examine the arrangements of households. The document is a population count of the mid-nineteenth century, which has related information such as name, ethnicity, age, nationality, marital status and occupation of the inhabitants of the locality. The study was focused to analyze the composition of families, especially those headed by women, inspired by the criteria established by the researcher Eni de Mesquita Samara, who has researched the varied possibilities typifications of family compositions. Also verify proposed through tables produced from the data contained in the packet population cited, the panorama of family arrangements of Aldêa Velha, in 1843. Observed in the data analysis, the presence of women in that society was expressive mode in command of the families present, allowing us to understand the specificities and characteristics of households, as well as the areas of activity of women in the region. Anyway, you can wrap that in Aldêa Velha had, in fact, the composition of multifaceted households, ie those dwellings flexible and dispersed character, composed of multiple models. The households headed by women sought different strategies for managing your household, revealing the presence of these characters in widely different social spheres.

Key words: Population Count. Women. Households headed by women.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Aldêa Velha em 1843	71
Tabela 2 – Naturalidade dos Chefes de Domicílio em Aldêa Velha em 1843	74
Tabela 3 – Chefes de Domicílio pelo Estado Conjugal: Sexo e Faixa Etária. Aldêa Velha, 1843.....	75
Tabela 4 – Tipos de Domicílio. Aldêa Velha, 1843.....	81
Tabela 5 – Chefes de Domicílio, por sexo. Aldêa Velha, 1843.....	83
Tabela 6 – Média de pessoas por domicílio chefiado por mulher, por localidade. Aldêa Velha, 1843	85
Tabela 7 – Chefes de Domicílios: cor e raça. Aldêa Velha, 1843.....	88
Tabela 8 – Tipos de Domicílio Chefiados por mulheres em Aldêa Velha, 1843	88
Tabela 9 – Estrutura das famílias e domicílios chefiados por mulheres. Aldêa Velha, 1843.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. FAMÍLIA, DEMOGRAFIA E MULHERES: UM DIÁLOGO ENTRE CAMPOS HISTÓRICOS.....	17
2. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CAPIXABA.....	39
2.1. OCUPAÇÃO E ECONOMIA DO TERRITÓRIO DO ESPÍRITO SANTO ...	39
2.2. O NORTE DO ESPÍRITO SANTO E A REGIÃO DE SANTA CRUZ NO SÉCULO XIX.....	58
3. DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES EM ALDÊA VELHA.....	66
3.1. A CONTAGEM DE POPULAÇÃO DE ALDÊA VELHA DE 1843.....	66
3.2. A COMPOSIÇÃO POPULACIONAL DOS DOMICÍLIOS DE ALDÊA VELHA	70
3.3. AS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES EM ALDÊA VELHA	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXO.....	108

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto do envolvimento das inquietações relativas à necessidade de colocar em foco a História dos estudos de Gênero e a História do cotidiano, como contribuição para o preenchimento das lacunas existentes sobre esses campos de estudo, no Espírito Santo. O estudo, intitulado *Poderes e Família: domicílios multifacetados chefiados por mulheres. Aldêa Velha (ES), 1843*, trata, justamente, das questões que envolvem personagens obscurecidos pelas abordagens históricas tradicionais, inseridos, ainda, num contexto à margem dos grandes eixos econômicos do país. Dessa forma, a pesquisa recaiu sobre as relações de poder entre homens e mulheres, em seus papéis na gestão de domicílios, em uma pequena vila do norte do estado do Espírito Santo, chamada Aldêa Velha, no ano de 1843.

O aprofundamento das leituras sobre as relações de gênero, com os textos referentes às pesquisas de Joan Scott, Michele Perrot, Mary Del Priori, Joana Maria Pedro e Maria Beatriz Nader, consistiu o despertar para a formação de uma consciência atenta à importância desses estudos. Essa imersão na referida temática culminou, ainda, no surgimento de questionamentos os quais alicerçaram o desenvolvimento do presente estudo, motivando a realização da pesquisa ora apresentada.

Para embasar a leitura destas páginas, torna-se necessário um breve delineamento de algumas palavras-chave, que não apenas permeiam e dão sustentação a este trabalho, mas também estabelecem entre si um diálogo pertinente. Na exposição da pesquisa, utiliza-se a definição de *família* enquanto uma instituição social complexa, a qual, segundo Danda Prado, na obra *O que é família*, publicada em 1985, possui variações de formas e finalidades, até mesmo quando examinadas em uma mesma época e lugar, dependendo do grupo social a ser observado. Michelle Perrot, na obra *Os excluídos da história*, publicada em 2010, define o termo *poder* como sendo algo que, no plural, estilhaça-se em diversos fragmentos, equivalendo-se a “influências” difusas e periféricas. E, por *domicílios multifacetados*, tomou-se emprestada a compreensão que faz Mariza Corrêa das moradias de caráter flexível e

dispersa, compostas por múltiplos modelos sem um padrão generalizante. O texto de Corrêa encontra-se no livro *Colcha de retalhos*, publicado em 1993.

Para a execução da pesquisa, optou-se pelo uso, como documento principal, de um mapa nominal, ou maço de população, do ano de 1843, compilado pelo padre Manoel Antonio dos Santos Ribeiro, vigário de Aldêa Velha, por encomenda da presidência da província do Espírito Santo. Esse documento é composto por quarenta folhas, num total de oitenta páginas manuscritas, e foi digitalizado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo no projeto *Censos populacionais do século XIX no Espírito Santo*. A escolha por tal documento se deu pela oportunidade de se categorizar, verificar e discutir a composição das unidades domésticas em um local bem definido. Nessa perspectiva, foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa, já que se referem a uma contagem de população, na qual há também a indicação do nome, da etnia, da idade, da naturalidade, do estado civil e da profissão. O documento apresenta tais dados organizados de acordo com a composição de cada domicílio e seus integrantes.

Situando a pesquisa nos horizontes dos campos históricos, buscou-se trabalhar com os domínios da História das Mulheres e da Família e sob a perspectiva da dimensão demográfica, sendo o recorte geográfico uma vila no norte do Espírito Santo. A escolha da temporalidade analisada se deu por conta da fonte selecionada – a contagem de população de Aldêa Velha do ano referenciado. Tendo em vista que o estudo possui caráter regional, o procedimento metodológico adotado para sua execução foi o monográfico para que, dessa forma, fossem asseguradas as singularidades locais presentes no caminho da pesquisa.

Uma das principais constatações dos estudiosos sobre família, na historiografia brasileira, é que, no passado, um número relevante de famílias era chefiado por mulheres. A verificação de que existiu uma diversidade de modelos familiares nas distintas regiões do país ocorreu apenas nos últimos quarenta anos, a partir de pesquisas que se baseavam na consulta direta dos mais diversos tipos documentais, como as fontes de caráter demográfico.

Esses estudos, que adotavam como fundamento a interpretação de dados contidos em especial nas fontes primárias, questionavam inicialmente o

predomínio de modelos historiográficos tradicionais, os quais generalizavam as características da família brasileira. A possibilidade de haver variações temporais ou geográficas não era pautada pelos estudos tradicionais, afinal, somente se levava em conta um único parâmetro, e, por consequência disso, os demais arranjos familiares eram considerados inexpressivos.

A partir da década de 1970, essa perspectiva generalizadora começou a ser repensada pelos historiadores. Com os estudos e pesquisas de caráter monográfico colocados em prática em diversos pontos do país, foi evidenciado que, na verdade, eram mais habituais as famílias de estruturas mais simples e com pequeno número de integrantes. Além disso, verificou-se que a diversidade de modelos familiares esteve presente em todos os momentos da História do Brasil. Essas constatações atestavam que os modelos tradicionais, utilizados desde a década de 1930, foram indevidamente empregados para identificar a família brasileira de um modo geral.

Essas pesquisas revelaram, também, um panorama antes obscurecido, que trata da chefia de famílias por parte das mulheres. Acreditava-se que, somente em casos específicos, como o da viuvez e do abandono, poder-se-ia justificar o gerenciamento feminino de domicílios. Entretanto, a análise das mais diversas fontes históricas demonstrou que a chefia feminina não era uma exceção e, ainda, que esta se apresentava por variadas razões, formas e finalidades.

Em algumas regiões brasileiras, no século XIX, a porcentagem das famílias chefiadas por mulheres mostra-se relevante. Em Vila Rica (MG), no ano de 1804, tem-se o expressivo número de 45% das famílias sob a égide feminina; em Fortaleza (CE), em 1867, 29,8% dos domicílios eram chefiados por mulheres; na capital do estado de São Paulo, no ano de 1836, 35,8% das famílias estavam sob controle feminino. Dessa forma, com a apreciação dos resultados dos estudos de caráter monográfico executados em diversas regiões no país sobre a composição das famílias, surgiu o interesse de se verificar se os fenômenos da coexistência de modelos familiares plurais bem como da relevância numérica dos domicílios chefiados por mulheres também ocorriam no Espírito Santo.

Para essa averiguação, foi escolhida Aldêa Velha, onde, de fato, constatou-se que havia um número expressivo de famílias com esse tipo de liderança.

Fundada em 1556 e considerada a terceira vila criada na Capitania do Espírito Santo, localizava-se na foz do Rio Piraquê-Açu, importante via econômica do norte da Capitania. Constituída basicamente de população indígena, a aldeia, em menos de um ano depois de sua fundação, foi abandonada quase que em sua totalidade por conta de um ataque de insetos. A população, em fuga, instalou-se em uma região próxima, que se denominava Santos Reis Magos, tendo sido o local parcialmente abandonado cunhado de “Aldêa Velha”. Algumas dezenas de índios que ficaram ali se mantiveram da agricultura e sobreviveram aos ataques dos insetos. Somente dois séculos depois, em 1790, o governo promoveu a repovoação da Aldêa Velha, instalando ali 30 casais portugueses. Em 1837, a região foi elevada à Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldêa Velha e, em 1848, passou à Vila de Santa Cruz.

A história de Aldêa Velha chamou atenção pela possibilidade de visualização do panorama de arranjos das unidades domésticas que o maço de população, de 1843, permite verificar. Notadamente, esta pesquisa se volta aos arranjos familiares gerenciados por mulheres, as quais, segundo viajantes estrangeiros do século XIX, eram pessoas que, diversamente do que relata a historiografia tradicional, participavam da sociedade local, trabalhando e sustentando sua família. Esse panorama levou em conta o contexto regional e revelou um quadro diverso e heterodoxo. As múltiplas facetas da composição dos domicílios da região revelaram, entre muitas outras questões, que homens e mulheres dividiam os espaços sociais. A escolha pela análise voltada às unidades domésticas dessa população ocorreu devido à possibilidade de investigar pontualmente as características desse grupo. Os dados relativos à composição das famílias gerenciadas por mulheres contribuem para a avaliação dos espaços de atuação feminina, ou seja, onde eram exercidos os poderes das mulheres no recorte geográfico e temporal propostos.

Para a fundamentação do trabalho, o primeiro capítulo desta dissertação buscou fornecer as bases teóricas, a partir da localização dos campos históricos em que atuaria. Este momento da pesquisa visou a um aprofundamento na discussão a respeito dos campos históricos e das necessidades e possibilidades de contato entre eles, proporcionadas, ou mesmo exigidas, para o preenchimento das lacunas e a elaboração de novas

hipóteses de trabalhos. Foram apresentados três critérios geradores de divisões da disciplina História, sendo eles: as *dimensões*, o enfoque inicial do historiador; as *abordagens*, os modos de fazer ou o método; e, o último grupo, os *domínios*, que seriam as temáticas escolhidas pelos historiadores.

Identificadas as *dimensões*, *abordagens* e *domínios* os quais a pesquisa enlaçaria, empreenderam-se discussões específicas de cada um dos campos. O primeiro assunto tratado foi o debate historiográfico acerca da História da Família, seguido com a apresentação das questões relativas à Demografia Histórica e ao debate acerca da História das Mulheres. Por fim, foram traçados os pontos de contato produtivos entre os três campos, que serviram de inspiração e referência para esta pesquisa.

O segundo capítulo se propôs a contextualizar o espaço geográfico selecionado, uma vila no litoral norte do Espírito Santo. Inicialmente, buscou-se compreender as especificidades e as características econômicas e sociais da região, no século XIX, a fim de se integrar ao contexto em questão. Depois, com o objetivo de verificar os arranjos das unidades domésticas em Aldêa Velha, foram investigados, a partir da historiografia capixaba e dos relatos dos viajantes estrangeiros da época, vestígios que indicam a vida cotidiana, sobretudo do norte capixaba, no Oitocentos.

A proposta do terceiro capítulo perpassou pela leitura criteriosa da contagem de população, executando uma crítica interna cuidadosa para desenvolver, finalmente, tabelas compostas a partir das informações contidas na fonte primária, o já citado maço de população. A análise dos dados da fonte intencionou, principalmente, trabalhar os aspectos da presença feminina naquela sociedade, bem como avaliar a composição das unidades domésticas de Aldêa Velha, notadamente as chefiadas por mulheres.

Assim, a partir do contato com a fonte em questão, sua compreensão e interpretação, tem-se como desafio contribuir para a construção de um panorama mais rico a respeito dos quadros dos Estudos de Gênero e de Família na História do Espírito Santo. O enfoque nessas questões visa promover a desmistificação das generalizações historiográficas, que, muitas vezes, impedem de enxergar as multifacetadas famílias e das relações de gênero no Brasil. Mesmo que se tenha um crescente interesse da historiografia

brasileira sobre esses temas, ainda há um percurso longo e necessário a se trilhar, e é a partir da exploração das particularidades regionais e temporais que se torna possível delinear as vivências desses personagens nos contextos desejados.

1. FAMÍLIA, DEMOGRAFIA E MULHERES: UM DIÁLOGO ENTRE CAMPOS HISTÓRICOS

A chamada “História Nova” representou, para os historiadores, uma verdadeira revolução metodológica. A historiografia francesa, conhecida como *Annales*, ampliou, desde o início do século XX, os horizontes historiográficos, elaborando duras críticas aos modelos tradicionais que se dedicavam à história política narrativa. Do empenho dos integrantes da Escola dos *Annales*, encontra-se a insistência na pluralidade de temáticas, o que permitiu o alargamento do território da História e de suas fontes, além do contato substancial com demais áreas de conhecimento na interpretação dos objetos. Como consequência, ocorreu uma ampliação no território de interesse dos historiadores, o qual alcançou patamares impensáveis pela historiografia tradicional europeia. A expressão “tudo é história”, marca da historiografia dos *Annales*, representa bem essa perspectiva. Peter Burke¹ aponta que a preocupação desse grupo com a abrangência das atividades dos seres humanos encorajou as práticas historiográficas interdisciplinares.

A expressividade desses novos paradigmas é confirmada por sua larga utilização no conteúdo da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada no ano de 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os fundadores utilizaram-na como um verdadeiro amplificador do apelo à prática e à abordagem interdisciplinar no fazer do historiador. Burke² sublinha que, em seus escritos, Febvre expressava sua combatividade em defesa de um “novo tipo de história”, pautada pela pesquisa interdisciplinar, por uma história-problema (isto é, uma disciplina orientada por problemas), uma história da sensibilidade (que se interessa pelas pessoas, suas intimidades e contradições) e, por fim, uma história total (que leva em conta aspectos além do político, social ou econômico).

¹BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 16.

²BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p. 38.

Dessa forma, percebe-se que, desde o surgimento da *Annales*, houve uma ampliação dos diálogos entre os campos históricos, o que, de acordo com o historiador José D'Assunção Barros, dentre outras definições,

Também pode ser entendido como uma “modalidade histórica” ou uma subespecialidade da História enquanto âmbito disciplinar – corresponde àquelas subdivisões que começaram a ser idealizadas ou percebidas no interior da História-Disciplina, à medida que a historiografia foi se tornando cada vez mais complexa.³

Os chamados “campos históricos” estão em permanente contato e mutação. De acordo com a necessidade, as relações são feitas em busca de resultados mais precisos. Além disso, novos campos são constantemente inaugurados, bem como outros antigos vão perdendo o interesse conforme as ideologias e paradigmas de uma respectiva época.

Para compreender então a ideia dos diversos campos históricos, Barros propõe três critérios de divisões da História. O primeiro se conhece por *dimensões* e pode ser definido como o primeiro plano do historiador diante de determinada sociedade ou o seu enfoque inicial. Por exemplo, a História Demográfica, a partir dessa percepção, seria uma dimensão ou uma forma de o historiador enfatizar certa perspectiva da vida social. O segundo grupo de critérios divisores do saber histórico se refere aos métodos – modos de fazer a disciplina –, aos tipos de fontes e aos modos como o historiador trabalha com elas. Como exemplos de abordagens, podem-se citar a História Quantitativa, a História Regional, a História Oral ou a História Serial. O terceiro e último grupo elencado são os *domínios*, que se referem de forma mais direta às temáticas escolhidas pelos historiadores. Esse conjunto de temas possui um número indefinido de possibilidades. Entre elas, destacam-se os “agentes históricos”, como a mulher ou o trabalhador, os “ambientes sociais”, como o rural e o urbano, os “âmbitos de estudo”, como a arte e a sexualidade, entre muitas outras possibilidades.

Algumas questões adjacentes precisam ser mencionadas para a compreensão de como se estabelecem as relações entre *dimensões*, *abordagens* e *domínios*. As inúmeras combinações de enfoques, métodos e temas são verificadas nos mais diversos estudos da História.

³ BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 193.

É relevante ressaltar que os *domínios*, por exemplo, tendem a ser englobados por uma *dimensão* ou mesmo divididos entre duas ou mais *dimensões*. Isso significa dizer que as *dimensões*, as *abordagens* e os *domínios* da História não devem ser vistos como compartimentos, mas sim como espaços de interatividade, nos quais se operam os diálogos historiográficos por excelência.

A visão compartimentada é nociva ao conhecimento histórico, afinal, os campos não podem se constituir como prisões limitadoras da ação do historiador, em vez disso, precisam ser entendidos

Como dimensões, abordagens e domínios que se interpenetram. O que possibilita a conexão de certos campos históricos, em um momento específico que é o da realização da pesquisa e da reflexão historiográfica, é o objeto de estudo constituído pelo historiador. É esse objeto de estudo que chamará a si certas possibilidades de conexão entre os campos históricos.⁴

A hiperespecialização do profissional da História tem grande potencial para prejudicar o desenvolvimento da disciplina por inteiro, pois uma pesquisa que trabalhe com resultados de caráter quantitativo, se aventada por avaliações qualitativas, é capaz de proporcionar resultados mais relevantes e mesmo mais precisos.

Enfim, o entendimento das possibilidades empreendidas junto aos diálogos entre *dimensões*, *abordagens* e *domínios* históricos se torna imprescindível para o florescimento de uma disciplina mais plural e preocupada com resultados socialmente relevantes. Barros afirma que o caleidoscópio historiográfico vive suas mutações e que “estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais”⁵.

Tanto no Brasil quanto no exterior, os historiadores estão convencidos de que, escondidos em seus campos de trabalho, dificilmente conseguirão responder às problemáticas mais complexas colocadas pela História. Um diálogo específico que se iniciou na Europa e nos Estados Unidos e que, na década de 1970, estabeleceu-se no Brasil tomou proporções e chegou a resultados relevantes para a História Social. A partir da publicação do livro *História Social*

⁴ BARROS, 2011, p. 206.

⁵ BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 21.

da *Criança e da Família*, de Philippe Ariès, no ano de 1962, deu-se um progresso metodológico importante nos estudos sobre família. Foi observado que o campo de *dimensões* da História Demográfica poderia avançar sobre os estudos dos *domínios* da História da Família, e esse contato possibilitaria uma série de revisões na historiografia, pautando-se principalmente em coletas de dados diretamente dos arquivos.

No decorrer da década de 1970, no Brasil, historiadores influenciados por esses novos aportes metodológicos, principalmente pela Demografia Histórica, começaram a repensar a unanimidade que representava os modelos explicativos da família existentes na História do Brasil.⁶

Os estudos inseridos na *dimensão* da História Demográfica e nos *domínios* da História da Família, sobretudo da História das Mulheres, puderam aproveitar o fim das limitações dos paradigmas tradicionais e se colocaram à disposição para uma verdadeira conversa entre esses campos históricos, o que culminou na publicação de importantes projetos e trabalhos desses três campos.

No Brasil, os estudos específicos sobre família foram escritos somente no século XX, e o sociólogo Gilberto Freyre foi o autor mais lido e criticado. Seu olhar pioneiro para o cotidiano familiar da população marcou a historiografia brasileira e trouxe inovações significativas quanto aos métodos de análise e às interpretações da sociedade brasileira estabelecida.

Na obra *Casa-grande & senzala*, publicada em 1933, Freyre⁷ buscou demonstrar que a família brasileira era o resultado da transplantação do modelo familiar português adaptado ao ambiente colonial e que esse modelo possuiria características patriarcais e inclinações conservadoras. Além disso, Freyre argumentou que a casa-grande, junto à senzala, representou um complexo sistema econômico, social e político, chegando a afirmar que a história social da casa-grande era a história íntima de quase todo brasileiro.

⁶ Na mesma época, as intelectuais militantes do Movimento Feminista no Brasil, também influenciadas pelo avanço dos domínios da História das Mulheres, passaram a produzir material nacional com rigor acadêmico.

⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

O autor se tornou precursor da difusão de um modelo de estrutura familiar que comumente é chamado de “família patriarcal brasileira”, no qual eram estimuladas a dependência na autoridade do pai e a solidariedade entre os parentes. Durante décadas, essa obra foi exaustivamente pesquisada e debatida dentro e fora da academia, o que fez com que tal modelo se tornasse parâmetro para toda a história da família brasileira. As obras da historiografia brasileira posteriores à publicação de *Casa-grande & senzala*, um clássico nacional com alcance internacional, possuem influência direta de Freyre: suas preocupações foram retomadas, tanto para corroborá-las quanto para contestá-las.

Além de Freyre, Antonio Candido⁸ também se tornou um expoente dos estudos sobre a instituição familiar. O artigo *The Brazilian Family*, publicado em 1951, foi além dos estudos de Freyre nesse aspecto. Candido pesquisou os modelos de família existentes no Brasil entre os séculos XVI e XIX e afirmou que a sociedade colonial era formada pelas porções familiar, que seria patriarcal, e não familiar, que reuniria um contingente humano socialmente inferior.

Para o autor, a composição da família brasileira era baseada na solidariedade do parentesco, não ficando limitada apenas a pais e filhos, e integrava assim grupos maiores. Por conta da mistura étnica, da escravidão institucionalizada e da baixa densidade populacional brasileira, o abastardamento tornou-se comum e criou uma configuração na qual o núcleo familiar legal funcionava como eixo de sustento da sociedade.

De acordo com Freyre e Candido, algumas características do período colonial brasileiro, como a descentralização administrativa, a profunda concentração fundiária e a rigorosa dispersão populacional, foram responsáveis pela instalação de uma sociedade do tipo paternalista, na qual as relações sociais de caráter pessoal eram fundamentais. Ressalta-se que a estrutura econômica essencialmente agrária, latifundiária e escravocrata impulsionou a formação dessa sociedade paternalista.

⁸ CANDIDO, Antonio. *The Brazilian family*. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (orgs.). **Brazil**: portrait of half a continent. Nova York: The Dryden Press, 1951.

O modelo de família patriarcal se sustentou a partir da incorporação de seus membros aos clãs, assim garantindo a indivisibilidade dos bens e do poder. Dessa forma, observa-se que, tanto para Freyre quanto para Candido, ainda no período colonial brasileiro, a distância da metrópole e as dificuldades da vida nos trópicos estimulavam as pessoas a procurarem a proteção de figuras mais poderosas que desfrutavam de um favoritismo por parte da Coroa. Essa iniciativa privada paternalista e autoritária gozava de prestígio social, econômico e moral. Enfim, a composição da família brasileira era entendida como uma vasta parentela em expansão tanto verticalmente, por meio da miscigenação, quanto horizontalmente, pelos casamentos oficiais entre as camadas altas brancas.⁹

Por muito tempo, aquele modelo patriarcal de família criado por Freyre serviu de base para toda e qualquer caracterização da família brasileira. O consenso permaneceu imaculado e estático, sendo aceito plenamente pela historiografia durante mais de 40 anos. Mesmo a possível existência de variações temporais ou geográficas não era colocada em pauta, e esse parâmetro ofuscava as outras possibilidades modelares de famílias.¹⁰

A permanência de um modelo de referência estático se devia principalmente ao fato de que poucos pesquisadores recorriam a arquivos e fontes alternativos. Essa restrição metodológica impedia a contestação de obras basilares da historiografia brasileira.

Pesquisadores europeus e norte-americanos, como Louis Henry e Peter Laslett, observaram que a Demografia Histórica poderia avançar sobre os estudos da família e passaram a propor novos caminhos e abordagens à historiografia, pautando-se em coletas de dados diretamente dos arquivos.

Os historiadores, no Brasil, influenciados principalmente pela Demografia Histórica, começaram a criticar o olhar unilateral do modelo explicativo da família patriarcal instituído por Freyre. Estudos e pesquisas em arquivos, de caráter tanto qualitativo como quantitativo, evidenciaram que as famílias de tipo patriarcal não foram as mais comuns no Brasil Colônia, sendo mais habituais

⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 13.

¹⁰ SAMARA, 2004, p.8.

as famílias de estrutura mais simples e com menor número de integrantes. Essas constatações buscaram comprovar que o modelo de família freyreano foi indevidamente utilizado para identificar a família brasileira.

Entre as principais críticas feitas ao modelo patriarcal de família estabelecido por Freyre, aponta-se que ele seria muito genérico para atender a toda territorialidade brasileira. Engessado, o modelo não conseguiria explicar as variações nas estruturas familiares geradas em função do tempo, do espaço e dos grupos sociais.

Além disso, como alerta Danda Prado¹¹, existe um fator determinante para a existência da família patriarcal, que é a manutenção de um patrimônio. Esse, como se sabe, não é o caso de sociedades marcadas por uma desigualdade social pujante e cujos membros precisam contar com sua força de trabalho para sobreviver. A autora afirma que esse argumento ajuda a desmistificar a ideia de que os arranjos familiares do passado eram estáticos, abrindo espaço para a provável existência de arranjos mais plurais.

Cabe destacar que, também para Mariza Corrêa¹², a família de tipo patriarcal existiu e possuiu um importante papel, contudo não permaneceu sozinha, muito menos caracterizou por completo o processo de formação da sociedade brasileira em sua territorialidade e temporalidade. A autora afirma que a historiografia brasileira esteve baseada no padrão dominante que a família patriarcal se tornou, como se a história de vida de um personagem central fosse suficiente para entender toda a história brasileira ou, ainda, como se todas as possibilidades se reduzissem naturalmente a um caminho único, limitando desdobramentos múltiplos.

Corrêa reflete sobre as formas de organização familiar no Brasil e conclui que seria impossível reduzir as possibilidades inscritas em todo espaço territorial e temporal a pouquíssimas variações. Para ela, o conceito de família patriarcal como foi usado pela historiografia tradicional achatou as diferenças e alocou os

¹¹ PRADO, Danda. **O que é família**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹² CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Mariza Suely. **Colcha de retalhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

objetos de estudo em moldes que acabaram se tornando pontos centrais de referência da História Social brasileira.

Apesar das ressalvas, é fato que características discutidas a respeito das famílias patriarcais estão presentes em outras estruturas familiares da sociedade brasileira. Mesmo nas famílias que viviam à margem dos latifúndios monocultores, a autoridade era a figura do homem, que também detinha o poder econômico e decisório e exercia domínio sobre os outros membros de sua unidade doméstica. Samara aponta que o chefe da família cuidava tanto dos negócios quanto da preservação da linhagem e da honra familiar; assim, o homem buscava valer-se diante da mulher, dos filhos e dos demais dependentes. Devido à necessidade de enfatizar a autoridade masculina, a esposa representava um papel restrito apenas ao âmbito familiar. Ao se casarem, as mulheres passavam da guarda do pai para a do marido, mantendo os cuidados domésticos, bem como os da prole.¹³

Todavia, expoente nos estudos a respeito de família no Brasil, Samara demonstra que a aplicação do modelo de família patriarcal como predominante no Brasil, dos séculos XVI ao XIX, faz-se de modo genérico. A autora menciona que estudos contemporâneos às suas pesquisas mostram que o modelo patriarcal foi usado de forma imprópria. Também relata que, principalmente nos séculos XVIII e XIX, as famílias possuíam estruturas mais simples, distinguindo-se, assim, do complexo tipo familiar patriarcal. Este assumiu diferentes configurações de acordo com sua localização geográfica e temporal e, mesmo assim, tal modelo foi, por décadas, utilizado como única referência para toda sociedade.

Ainda na obra *A família brasileira*, Samara demonstra que as famílias extensas – compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados – não foram o tipo predominante em São Paulo. Utilizando a Demografia Histórica, a partir de uma investigação junto às contagens de população, a autora afirma que as famílias paulistas eram de estrutura mais simples e com poucos integrantes. Por conta disso, ela destaca a ineficiência do modelo patriarcal freyreano em adequar-se à sociedade paulista e, conseqüentemente,

¹³ SAMARA, 2004.

à sociedade brasileira como um todo. Samara aponta que sua constatação não invalida a concepção de família patriarcal de Gilberto Freyre, porém esta estaria geograficamente centralizada nas áreas de lavoura canavieira do Nordeste colonial.

Corroborando os argumentos de Samara, Corrêa, no artigo *Repensando a família patriarcal brasileira*, publicado na obra *Colcha de retalhos*, de 1993, insiste que não há possibilidade sequer de imaginar a história da família brasileira que não em um panorama mais rico. Para ela, a utilização de apenas um modelo achatou as diferenças, comprimindo-as até caberem em um único molde, que foi utilizado amplamente como referência quando se discutia a família no Brasil até os anos de 1970. Além disso, seria inadequado afirmar que a família brasileira, dispersa e flexível, tenha se acomodado num modelo único e rígido, no qual se mudam os personagens, mas não os papéis.

Corrêa é incisiva na crítica à homogeneização cometida pela literatura. A estudiosa chega a comparar Freyre e Candido aos “darwinistas sociais” do século XIX, que modelavam a história de acordo com as formas correspondentes às camadas “senhoriais”.

Ao encontro dos resultados das pesquisas realizadas por Corrêa e a partir de uma ampla pesquisa em arquivos, Samara questiona quando e como foi substituído o tipo patriarcal por outros, que demais modelos coexistiram com o patriarcal na sua forma tradicional e quais variações ocorreram nos papéis masculinos e femininos em função dessa modificação. Samara, ao utilizar o exemplo paulista, conclui que a família extensa ou patriarcal assumiu características diferentes, variando suas relações de acordo com o contexto regional e, ainda, transformando-se com o tempo. Por fim, relata que, não só em São Paulo, mas também em Minas Gerais, eram mais comuns as famílias que se estruturaram de forma mais simples e com menor número de integrantes. Chega, inclusive, a inferir que “Tudo leva a concluir que o panorama se repete para outras áreas, mesmo se considerarmos aquelas ainda não pesquisadas”¹⁴.

¹⁴ SAMARA, 2004, p. 84.

A partir desse novo panorama, Corrêa aponta que o modelo de família patriarcal tornou-se o “retrato da família brasileira”, sendo usado por muito tempo como parâmetro desta. Além disso, a homogeneização do modelo freyreano levava à conclusão de que os outros tipos de modelos familiares eram inexpressivos. Destarte, a autora questiona se seria possível reproduzir todos os personagens da história brasileira apenas na figura de um senhor e conclui que, para responder a esse questionamento, seria necessária uma análise interna dos textos de Gilberto Freyre e Antonio Candido. Para ela, nos estudos dos dois autores, ocorre uma homogeneização histórica, já que tratam de situações bem localizadas no tempo e no espaço, além de os textos terem sido colocados como matriz comum de toda sociedade brasileira.

Visando confirmar esse entendimento de homogeneização, Corrêa demonstra que, para a produção de tabaco e algodão, cultivados largamente em diversas regiões brasileiras, era preciso um baixo investimento inicial de capital se comparado ao necessário em um engenho de açúcar. Ademais, a produção diversificada não exigia a presença de um número significativo de escravos, em alguns casos, o cultivo poderia ficar a cargo apenas dos membros da família. Assim, demonstra-se que um modesto conjunto de digressões já seria suficiente para enriquecer o panorama da família brasileira com novos elementos, modificando o quadro estático identificado por Corrêa, qual seja,

O problema principal de ambos os textos – Casa Grande e Senzala e “*The Brazilian Family*” – é o contraste entre essa sociedade multifacetada, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda, lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira.¹⁵

Logo, ficam evidentes a existência conjunta de vários modelos e a necessidade de verificação dos tipos de família existentes em diferentes regiões e temporalidades. Na obra *Mulher: do destino biológico ao destino social*, publicada em 1997, Nader observa que “Não há uma única história da família, um único modelo, mas sim uma verdadeira diversidade de formas domiciliares

¹⁵ CORRÊA. In: ALMEIDA, 1993, p. 24.

que variam, não só ao longo da história, mas em pontos imprecisos do tempo”¹⁶.

Existe uma distinção, que cabe aqui ser colocada, entre os conceitos de família e unidade doméstica. As unidades domésticas podem ser compostas por uma ou mais pessoas que dividem as despesas essenciais da vida doméstica e, neste caso, as pessoas podem ou não ter relações de parentesco. De forma mais genérica, a unidade doméstica compreende todas as pessoas que residem juntas em um domicílio. Já o conceito de família abrange as unidades domésticas formadas por pelo menos duas pessoas e cujos membros possuam algum parentesco em determinado grau, por meio dos laços de consanguinidade, adoção ou casamento. Embora as funções da unidade doméstica e da família se confundam, os conceitos são diferentes, e os pesquisadores devem ter cuidado ao utilizá-los.¹⁷

A percepção de que o passado brasileiro possui evidentes digressões ao modelo patriarcal sugere minimamente um ambiente mais diverso no que diz respeito à configuração das famílias e unidades domésticas. A abordagem dessa diversidade como ponto de partida possibilita a ampliação do campo de visão da historiografia sobre o *domínio* da História da Família. Notar a complexidade das composições das famílias estimula o contato com outras *dimensões, abordagens e domínios* da História. Em específico, a aproximação entre a História da Família e a *dimensão* da Demografia Histórica conduziu reflexões pertinentes para a historiografia tanto no Brasil quanto no exterior.

Pelo mundo, séries documentais de caráter quantitativo possibilitaram estudos importantes que buscavam entender os processos humanos em várias áreas das Ciências Sociais. Na Europa do pós-guerra, mais precisamente a partir da década de 1950, historiadores interessados nas fontes quantitativas se debruçaram sobre a História Social e passaram a discutir, primeiramente, a

¹⁶ NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes, 1997. p. 45.

¹⁷ SABOIA, Ana Lucia; COBO, Barbara. Famílias Conviventes no Censo Demográfico 2000. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/SaboiaCobo.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

história dos preços e das populações. Já na década de 1970, os trabalhos de caráter quantitativo começaram a marcar a história cultural, fazendo-se presentes em estudos tanto da História da Religião quanto da História das Mentalidades.¹⁸

No Brasil, os historiadores também abriram os olhos para a utilização dos dados demográficos do passado na construção de modelos e narrativas mais próximos da realidade. Isso ocorreu principalmente a partir da década de 1970. Aliar as pesquisas de caráter qualitativo com os dados quantitativos proporcionou um enriquecimento ímpar para a História Social Brasileira, principalmente sobre a História da Família e nos estudos sobre as mulheres. Para Ismênia Tupy¹⁹, ao longo das últimas décadas, a chamada Demografia Histórica transformou os estudos da família em um dos principais eixos da História Social Brasileira.

A autora destaca uma série de possibilidades nos estudos de caráter demográfico, por exemplo, o papel crucial da Demografia Histórica no debate a respeito da família escrava no Brasil. As listas nominativas de habitantes, matrículas de escravos, registros de casamentos e outros são instrumentos importantes na investigação das famílias de livres e escravos, bem como na relação estabelecida entre essas pessoas. Todavia, o acesso às fontes ou o estado de conservação destas dificultaram os trabalhos, principalmente nas pesquisas realizadas em arquivos, pois o estado precário deles, além da falta de arquivistas especializados, tornou a atividade do pesquisador ainda mais árdua.

Apesar das adversidades, a potencialidade dos trabalhos que utilizam fontes demográficas é reconhecida pela historiografia. Sérgio Odilon Nadalin²⁰, nesse sentido, na obra *Demografia numa perspectiva histórica*, de 1994, destaca que as contagens de população locais bem como o censo de Curitiba de 1797 se fazem como uma “fotografia” da população contada. Para o historiador, esse

¹⁸ BURKE, 1997.

¹⁹ TUPY, Ismênia. Demografia histórica e família escrava no Brasil: o estágio atual da questão. In: **População e família**. São Paulo, v.3, n.3, p.227-480, 2000.

²⁰ NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994.

modelo de fonte capta um instante do dinamismo da população, um momento específico ou até mesmo sua estrutura.

Dessa forma, os estudos históricos pautados em fontes demográficas trouxeram novas perspectivas aos tradicionais métodos praticados. A revelação de modelos novos promoveu um embate junto às correntes tradicionais, e o resultado foi uma verdadeira revisão. O exemplo mais expressivo se fez na História da Família, como foi discutido anteriormente.

Para Maria Luiza Marcílio²¹, na obra *População e Sociedade*, publicada em 1984, o contato entre a Demografia e a História resultou em uma união bem sucedida, pois

Cada uma trouxe como contribuição seu dote específico: da Demografia vieram técnicas e métodos exigentes, rigorosos, quantitativos e um tratamento especial para as fontes de informação, a fim de se chegar ao conhecimento dos fenômenos vitais e sistemas humanos das coletividades pretéritas. Da História vieram as formas de analisar estruturas e conjunturas sociais, fundadas na quantificação e na metodologia qualitativa, preocupadas em descobrir a complexidade e a relatividade do homem global.

Para Marcílio, o então encontro das duas áreas produziu uma nova ciência, a Demografia Histórica, que, nos últimos tempos, vem revelando uma sociedade enriquecida, multifacetada e, acrescenta-se ainda, mais complexa.

De forma geral, os historiadores no Brasil são mais atraídos por estudos que discutem o século XIX. Essa atração se conduz em função do melhor estado das fontes, igualmente pelo maior volume e sofisticação dos documentos. Contudo, os trabalhos que versam sobre o século XIX discutem os documentos, os quais são marcados por uma significativa mudança na importância dada às estatísticas pelos governos da época. Altos investimentos foram feitos com o intuito de mensurar com mais detalhes o tamanho das populações, seus movimentos, suas subdivisões étnicas e até mesmo religiosas.

A obtenção de estatísticas oficiais colocava a nação na vanguarda da “civilização” e, ao mesmo tempo, abastecia o serviço público com um mapeamento da população em forma de dados. Dentre outras potencialidades,

²¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 11.

destacam-se a quantificação dos contingentes militares, a matematização do recolhimento de tributos e a racionalização dos investimentos públicos. Tarcísio Botelho²² aponta que as estatísticas oficiais possuíam até mesmo um caráter moral que “prepararia o país para tal compromisso, um encontro com a civilização”.

Durante o período mercantilista português, verificou-se uma racionalização da administração colonial e até as listas nominativas da época passaram por uma sofisticação. A partir de então, os dados coletados deram destaque às questões econômicas em detrimento das militares. Essas informações buscavam se articular mais diretamente a uma política de estímulo à ocupação do território e ao crescimento da população.²³

No âmbito internacional, essa sofisticação ocorreu principalmente no decorrer do século XIX, quando o interesse dos europeus pela produção de informações estatísticas cresceu. Já em 1834, verifica-se o ímpeto público nos dados estatísticos com a fundação da *Statistical Society of London*. Além disso, data de 1853 a realização do primeiro Congresso Internacional de Estatística, organizado pelo “pai das estatísticas públicas”, Adolphe Quételet, em Bruxelas. Esse encontro voltaria a acontecer durante todo o século, marcando o crescente interesse pelas informações estatísticas da população.

No Brasil do século XIX, também se observa uma preocupação especial com os dados demográficos. A transição política, representada pelo processo de independência, produziu um repertório significativo de continuidades de projetos e estratégias da época de domínio colonialista português. Entre outras continuidades, destaca-se a metodologia utilizada nas contagens de população, afinal, os mesmos procedimentos e preocupações da Coroa portuguesa circulavam no nascente Império brasileiro. Até o período conhecido como Regência, para a delimitação dos responsáveis e a apuração das informações, eram basicamente utilizados os mesmos métodos dos tempos coloniais, ou seja, os encarregados mantiveram-se praticamente os mesmos do período anterior. Estes organizavam listas locais com a discriminação de todos

²² BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005. p. 331.

²³ NADALIN, 1994.

os residentes na região, e, por sua vez, as listas eram enviadas aos governos centrais das províncias, os quais ficavam incumbidos de interpretar os resultados e, quando necessário, enviá-los ao Rio de Janeiro, sede imperial.

Outra permanência de caráter técnico nos procedimentos das contagens de população são as categorias censitárias, que estavam claramente de acordo com a ordem social segmentada do escravismo vigente. Para Botelho, a preocupação em registrar a cor seria uma clara herança do passado colonial português. De forma geral, os levantamentos dividiam a população em três grupos – os brancos, os de ascendência africana nascidos no Brasil (mestiça ou não) e, por fim, os pretos. Cabe ressaltar que, onde a população indígena fosse relevante, essa categoria também era utilizada, podendo ser descrita como “caboclos”. Botelho destaca que “essa herança portuguesa, ou mesmo ibérica, teria depois uma importância significativa na construção da nação brasileira, e com isso me refiro à centralidade dada à questão racial na definição da nossa nacionalidade”²⁴.

Contar os brasileiros tinha por objetivo a medição do alcance da nação no que diz respeito ao recolhimento de impostos e, sobretudo, dispor de dados sobre o recrutamento militar. A aglutinação desse arcabouço de informações demográficas relacionava-se diretamente à potencialidade do nascente império. De acordo com a perspectiva vigente desde a colônia, quanto maior a população, mais próspero seria o futuro da nação.

Com o advento do Segundo Reinado, uma nova perspectiva se instituiu. Os interesses anteriormente citados foram mantidos, contudo, uma questão se destacou devido a uma emergente necessidade. De acordo com Botelho²⁵, houve uma reconstrução da ordem política e, assim, após a experiência regencial, fez-se necessário “estabelecer as bases de um sistema eleitoral confiável”. Dessa forma, para a construção de uma máquina eleitoral mais sofisticada e para controlar satisfatoriamente tal sistema, tornou-se essencial conhecer melhor a população brasileira.

²⁴ BOTELHO, 2005, p. 327.

²⁵ BOTELHO, 2005, p. 328.

A empreitada de contar a população no Brasil não aconteceu sem percalços, uma vez que, por ser um império de proporções geográficas continentais, houve muitas dificuldades na condução das contagens. As localidades se tornavam ainda mais distantes devido à precariedade dos sistemas de comunicação, bem como de transporte. Tudo isso em um contexto modesto no que diz respeito ao aparelho estatal, o qual carecia de investimentos e mantinha gastos excessivos.

Outras dificuldades podem ser cogitadas, como a presença de silvícolas hostis ou mesmo a resistência da população diante de práticas pouco compreendidas. As contagens, com frequência, enfrentavam a desconfiança popular e, entre as desconfianças dos processos, eram comuns tanto o receio pelo recrutamento, muitas vezes forçado, quanto a possibilidade de aumento dos impostos. Até mesmo o lento processo de laicização da administração pública imperial ocupou o imaginário de resistência da população diante das contagens. Botelho averigua que, entre a população livre negra, existia um medo de uma possível reescravização.²⁶

Apesar das dificuldades na produção dos documentos, eles se fazem de suma importância para os historiadores. A partir deles, por exemplo, Marcílio²⁷ observou, para o século XIX, quatro sistemas demográficos no Brasil. Esses sistemas buscam agrupar dados colhidos junto à produção dos historiadores demógrafos. O primeiro se chama Sistema Demográfico das Economias de Subsistência, no qual as relações sociais são baseadas no trabalho familiar, a noção de propriedade da terra é fluida e, como o próprio nome destaca, a agricultura caracteriza-se pela subsistência. Nesse sistema, a escravidão está em segundo plano, e o parentesco possibilita sanar as dificuldades a partir da ajuda mútua, conhecida como “mutirão”. Entre as principais características demográficas, ressaltam-se a mortalidade relativamente elevada, a fecundidade, o crescimento natural e o número de famílias legítimas igualmente elevado.

²⁶ BOTELO, 2005.

²⁷ MARCÍLIO, 1984.

No segundo, Sistema Demográfico das Economias de *Plantation*, a monocultura latifundiária e escravista era pano de fundo para famílias extensas e, pelo menos as dos proprietários, além de extensas, eram comumente legítimas, possuindo formas de transmissão da terra bem estruturadas. A manutenção da propriedade da terra resguardava-se por casamentos endogâmicos ou até mesmo consanguíneos. Destacam-se, entre as características demográficas, uma mortalidade elevada da população livre e a fecundidade legítima alta se comparada às regiões de policultura ou subsistência; contudo, configura-se um lento ritmo de crescimento natural.

O terceiro é conhecido como Sistema Demográfico das Populações Escravas e se caracteriza principalmente pela constante tentativa de limitação, por parte dos senhores de escravos, da formação de famílias legítimas e estáveis, o que provocou taxas de nupcialidade insignificantes. Além disso, as doenças e as péssimas condições de alimentação e trabalho provocavam um alto grau de mortalidade, resultando assim num crescimento vegetativo normalmente negativo dos escravos no Brasil do XIX.

O último é denominado Sistema Demográfico das Áreas Urbanas no Século XIX e possui aspectos demográficos bem diversos, com estruturas e ritmos opostos aos das áreas rurais. Além disso, os trabalhadores possuem um grau de especialização maior, mesmo entre os escravos. A natalidade é menos elevada que no campo, e o crescimento vegetativo passa por períodos intercalados entre positivo e negativo.²⁸

Marcílio deixa claro que esses sistemas propostos são um panorama dos estudos de sua época e que devem ser criticados e debatidos. A partir da compreensão dessas limitações e possibilidades, fica clara a necessidade de se estabelecerem modelos e, principalmente, serem compreendidas suas complexidades para o fomento de uma História Social mais completa do século XIX. De tal modo, como se pôde observar, o aproveitamento desse modelo de análise documental em forma quantitativa traz alternativas importantes para a pesquisa histórica, permitindo novas análises, sobretudo no contexto da História Social no Brasil.

²⁸ MARCÍLIO, 1984.

Apesar dos significativos avanços metodológicos relatados, alguns personagens ficam ofuscados ou mesmo subapresentados nas fontes. Esse é, muitas vezes, o caso das mulheres. Andréa Lisly Gonçalves²⁹, na obra *História & Gênero*, de 2006, frisa que a subapresentação das mulheres nas fontes demográficas, por exemplo, é devido ao fato de os “recenseadores” associarem a mulher ao trabalho doméstico, socialmente menos valorizado. A autora também aponta que os sub-registros, os quais podem ser observados tanto no Brasil quanto em países europeus, expõem os preconceitos dos responsáveis pela contagem, no que diz respeito ao espaço feminino de atuação, circunscrito no âmbito doméstico.

Cabe destacar que, em volumosas séries documentais de caráter demográfico, o que se procura ressaltar sobre as mulheres é justamente seu papel social na reprodução. Assim, as estatísticas dão atenção principal à faixa etária entre 15 e 49 anos, considerada a idade fértil feminina.³⁰

Dito isso, é notório o silêncio das fontes quando se procuram as ações e a vida das mulheres no passado. Michelle Perrot, na obra *Minha história das mulheres*, de 2008, elenca três razões para essa invisibilidade. Primeiramente, as mulheres não eram vistas no espaço público, o único que despertava interesse e pautava os relatos. O espaço feminino de atuação era a família, o privado. Para Perrot³¹, as mulheres “aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros”. A segunda razão para o silêncio das fontes sobre as mulheres é que elas eram pouco vistas e pouco se falava delas. De forma geral, há poucos registros sobre elas. Já a terceira razão diz respeito à dissimetria sexual das fontes, em que se observa um volume desproporcional de fontes sobre os homens. Cabe apontar também que, na maior parte dos casos, os registros oficiais são de autoria masculina e, por isso, possuem o olhar, os preconceitos e os estereótipos de homens.

²⁹ GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

³⁰ GOLDANI, Ana Maria. Demografia e feminismo: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 67-84.

³¹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 17.

Assim, a apresentação das mulheres nas fontes, por vezes, desconsidera a identidade ou o nome das personagens, sendo mencionadas de forma trivial e destacadas apenas por sua cor, profissão ou grupo pertencente (negras, lavadeiras ou mães, por exemplo). Essa ressalva esclarece a forma como as fontes históricas tradicionalmente descrevem as mulheres e alerta o pesquisador para os estereótipos. Faz-se necessária uma leitura nas entrelinhas das fontes com o intento de levantar contestações diante da simplicidade com que se trata a questão das mulheres na História. Enfim, a releitura das fontes tradicionais e a seleção de novos volumes documentais podem oferecer parâmetros para uma crítica interna e externa mais eficaz, além de possibilitar a escrita de uma História da Mulher mais factível.

O surgimento da demanda pelo estudo da história das mulheres se relaciona diretamente com as pautas do Movimento Social Feminista e tem início por volta das décadas de 1960 e 1970. Para Perrot³², a história das mulheres passou por importantes mudanças no decorrer de sua construção: da história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada chegando finalmente à história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho e da política.

Alguns fatores, para Perrot, ajudam a compreender como a mulher se tornou objeto de estudo das ciências humanas. Os fatores científicos se caracterizam por uma aliança entre a História e a Antropologia, que redescobria a família. Ocorrida na década de 1970, essa associação foi amplificada pela expansão da Demografia Histórica. Então, a partir da família, novos personagens e questionamentos são inseridos no interesse dos pesquisadores, e a mulher é um desses personagens.

Cabe destacar que, apesar dos importantes diálogos, existem diferenças de abordagens e objetos entre a História da Família e a das mulheres. A confusão é recorrente devido ao atrelamento tradicional entre a vida da mulher e a família. Segundo Nader³³, todos os registros da mulher estão ligados, de alguma forma, à família, bem como à sua identidade, que “foi construída em

³² PERROT, 2008.

³³ NADER, 1997, p. 68.

torno do casamento, da maternidade, da vida privado-doméstica e da natureza à qual foi ligada”.

Outros fatores dizem respeito aos planos sociológico e político. Quanto ao primeiro, cita-se, por exemplo, a presença maciça da mulher nas universidades a partir dos anos 1970, o que provocou uma feminização do ambiente, promovendo uma nova demanda ou, pelo menos, cultivando um público receptivo à história das mulheres. No plano político, as mulheres se tornaram objeto de estudos das Ciências Sociais como consequência, sobretudo, do movimento de liberação das mulheres e do apoio de universidade e de intelectuais interessadas na História. Como resultado desse fator político, houve uma demanda em busca de ancestralidade e legitimidade, ou seja, as mulheres queriam ser inseridas na História, além de iniciarem um aprofundamento teórico nos estudos de gênero.

Segundo Perrot³⁴, a partir dessas novas ambições teóricas, “nasceu o desejo de um outro relato, de uma outra história”. Essa História fundamentada teoricamente e agrupada sob a interdisciplinaridade abandonou o entendimento de vitimização e destacou, para as mulheres, o papel de atrizes da trajetória histórica humana. Chegou ao ponto de sair de uma História das mulheres e alcançar uma História de gênero, que possui caráter relacional preliminar, isto é, faz-se a partir da relação entre o gênero masculino e o feminino e não somente de um deles.

Para a condução da História das relações de gênero, é preciso entender que o conceito de gênero é eminentemente político, pois foi cunhado e começou a ser utilizado a partir do Movimento Social Feminista. Segundo Carolina M. S. Coelho³⁵, as feministas “reconheceram as determinações biológicas implícitas no termo sexo e buscaram um conceito que abrangesse as dimensões psicológicas, sociais e culturais da feminilidade e da masculinidade”. Isso significa que esse movimento assumiu o entendimento das relações entre homens e mulheres como construídas socialmente e que estas são, antes de tudo, relações de poder. Tal perspectiva foi impactante no interior da disciplina

³⁴ PERROT, 2008, p. 20.

³⁵ COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória, n°23, p. 13-27, 2009. p. 16.

histórica, uma vez que colocou em debate as diferenças entre os sexos e as formas como se estabeleciam as relações de poder em diferentes escalas. Por fim, constatou-se que os estudos com a perspectiva de gênero são também um modo de dar significado às relações de poder existentes na sociedade.

Para Joana Maria Pedro³⁶, o uso da categoria “Gênero” por historiadores permitiu um foco nas relações entre homens e mulheres, bem como nas relações específicas entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Para a autora, há a possibilidade de se verificar que, “em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero”.

O caráter relacional destacado proporcionou uma ampliação significativa no leque de fontes para a história das mulheres. Nesse momento, foi abandonada a estratégia de procurar fontes nas quais as mulheres se faziam protagonistas, e as lacunas foram transformadas em oportunidades de verificação do papel desempenhado pelas mulheres em contextos diversos.³⁷

A partir de então, as pesquisas realizadas em arquivos provocaram uma verdadeira revolução documental, que se expressou principalmente diante da relação entre os *domínios* da História das mulheres e da família, com a *dimensão* documental da Demografia Histórica.

Enfim, o processo de interesse pelo cotidiano iniciado pelos historiadores da chamada Escola dos *Annales* provocou uma profunda reflexão nos objetos de trabalho dos historiadores. Antigos campos foram reformulados, e novos campos, estabelecidos. Além disso, a interdisciplinaridade, mais que incentivada, foi exigida para a condução de uma história-problema.

O diálogo entre os três campos discutidos – Família, Demografia e Mulheres – foi bastante frutífero. O retorno aos arquivos, o largo aproveitamento das fontes de caráter quantitativo e, principalmente, o aporte metodológico da Demografia Histórica proporcionaram a condução de trabalhos importantes para a compreensão da História Social brasileira.

³⁶ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [online]. 2005, vol. 24, n.1. p. 88.

³⁷ GONÇALVES, 2006.

Especificamente no caso da História das mulheres, a busca de fontes e modelos para expressar os papéis e relações sociais das mulheres, antes silenciadas, fez-se também a partir das opções de fontes demográficas. O caminho até esse encontro perpassou pelo íntimo diálogo entre os campos da História da Família, que, desde a década de 1970, serviu-se dos dados quantitativos, e da História das mulheres.

As relações, debates e contribuições envolvendo os estudos sobre família e demografia também são marcantes. Samara³⁸ destaca o interesse constante dos demógrafos-historiadores na família. Para a autora, esse ainda é um contato inovador e existe muito que se pesquisar.

Nesse sentido, cabe relatar que os frutos do diálogo entre os três campos estão longe de se esgotarem. Os aspectos específicos da temporalidade, as características da colonização, a diversidade étnica da população e a extensão territorial do país são, entre muitas outras particularidades, fatores da composição social complexa estabelecida no Brasil.

Para se entender melhor essa realidade repleta de facetas, os estudos monográficos se tornam necessários. Verificar a realidade em diferentes contextos contribui, para além da comparação, na montagem de um panorama e de modelos mais diversos e adequados ao passado brasileiro.

³⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

2. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CAPIXABA

2.1. Ocupação e economia do território do Espírito Santo

Antes da chegada dos colonizadores europeus na América, homens e mulheres já ocupavam essas terras e construíam suas vidas no que é entendido pela historiografia brasileira como História Pré-Cabralina, ou mesmo, Pré-Colonial. A historiografia também reconhece a hipervalorização eurocêntrica dos registros dos colonizadores na América diante da depreciação, ou pouco conhecimento, dos registros ameríndios. Em parte, a ignorância sobre o assunto se explica pelo pequeno volume documental deixado pelas populações silvícolas. Hoje, essa lacuna vem sendo explorada por profissionais diversos, dentre eles, arqueólogos, antropólogos e historiadores, que atuam sob as mais diversas *dimensões, abordagens e domínios* da História, a fim de esmiuçar as heranças culturais e sociais dessas populações, as características demográficas, os aspectos cotidianos, e até mesmo as relações de gênero.

No caso específico do estado do Espírito Santo, para destrinchar essa história, seja durante a colônia ou o império, torna-se imprescindível resgatar temáticas que envolvem os povos indígenas, uma vez que a longevidade da presença maciça das populações autóctones influenciou todos os momentos da história local. E é importante dizer que o conhecimento, mesmo que limitado, dos hábitos, comportamentos, práticas e ações dessas populações ajuda a compreender mais profundamente a história capixaba.

Muitas populações indígenas se organizaram no território que corresponde atualmente ao estado do Espírito Santo. Segundo Bittencourt³⁹, os sítios arqueológicos mais antigos datam de 5000 a.C. e, desde então, os habitantes pré-históricos desses sítios conviviam com animais, representantes da vasta fauna brasileira, produziam artefatos de pedra bem elaborados, como pontas de lança e mesmo flechas, e ocupavam a faixa litorânea atlântica da região.

³⁹ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.

Com as mudanças climáticas ocorridas ao longo desse período, os silvícolas foram incorporando outras fisionomias ao ambiente e, assim, permitindo o desenvolvimento dos povos enraizados nessas terras. A sofisticação tecnológica alcançada, por exemplo, é refletida na produção de instrumentos a partir de ossos de animais, pedras e madeira. Aos poucos, a ocupação do litoral foi sendo sedimentada, e o surgimento dos manguezais, os quais atraíam povos por sua abundância alimentar, consistiu um dos fatores que contribuíram para tal circunstância. Foram esses os indivíduos autores dos sambaquis, amontoados de conchas descartadas após o consumo de moluscos, encontrados por pesquisadores ao longo da costa capixaba. A arqueologia capixaba observa que, somente por volta do ano 500 d.C., quando as populações instituíram práticas agrícolas e passaram a estabelecer relações mais duradouras com o ambiente, iniciou-se um processo de seminomadismo.

A antropóloga Berta Ribeiro⁴⁰ afirma que um conjunto de dificuldades metodológicas e a precariedade dos dados históricos impossibilitam uma uniformidade na opinião dos pesquisadores diante do número de aborígenes americanos antes de 1492, data da chegada de Cristovão Colombo à América. Os estudos “clássicos” com previsões mais tímidas anotam cerca de 8 milhões e 400 mil nativos, enquanto os de previsões mais otimistas registram 40 ou 50 milhões em toda a América pré-colombiana. Para a autora, a maior deficiência desses estudos é não considerar os relatos dos cronistas de época, “como o de Bartolomeu de las Casas, que responsabilizou os espanhóis pelo genocídio de 40 milhões de índios em apenas 60 anos”⁴¹.

As estimativas mais modernas apontam para 80 a 100 milhões de habitantes na América pré-colombiana. Isso representaria um quarto de toda população do mundo na época e,

a título de comparação, basta dizer que Tenochtitlán, a capital dos astecas, contava 300 mil habitantes, segundo o testemunho dos cronistas da época, enquanto que Sevilha, a principal cidade espanhola do século XVI, contava com 120 mil e Lisboa, com 100 mil, dos quais 10 mil escravos e 7 mil estrangeiros.⁴²

⁴⁰ RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global Ed., 1983.

⁴¹ RIBEIRO, 1983, p. 28.

⁴² RIBEIRO, 1983, p. 30.

Especificamente a respeito do litoral brasileiro, Mário Maestri⁴³ indica uma alta densidade demográfica, estimando mais de um milhão de indígenas vivendo na costa do país no século XVI.

Essas populações ameríndias da costa brasileira, de forma geral, organizavam-se em “tribos”, que, por sua vez, eram divididas em “aldeias”. Estas podiam estar distantes geograficamente, mas permaneciam conectadas entre si, seja por laços de parentesco ou por interesses comuns, como a guerra ou a ocupação de territórios. As aldeias, assim, continham de quatro a sete habitações de uso coletivo e estavam dispostas ao redor de uma área livre nomeada “terreiro”, onde se praticavam as reuniões e os ritos de caráter religiosos.

A localização desses agrupamentos humanos dependia diretamente dos recursos naturais da região, e, diante de tal necessidade, a ocupação das tribos se orientava pela proximidade dos recursos hídricos e dos locais de caça e coleta. Esses grupos ocupavam não só o litoral, mas também as florestas do interior, haja vista que, por toda extensão do território atual do Espírito Santo, são encontrados vestígios da presença humana pré-cabralina.

Os recursos disponíveis nas proximidades da aldeia delimitavam bastante o tipo de trabalho a ser executado. Se próximos ao litoral ou a recursos hídricos mais ricos, dedicavam-se à pesca, se distantes, investiam no consumo da carne de caça. Na divisão do trabalho, eram estabelecidos critérios diferenciados entre as diversas atividades desenvolvidas na tribo.⁴⁴ De forma geral, as mulheres se ocupavam das atividades agrícolas, bem como da função de coleta de frutos e mariscos. Também teciam, faziam utensílios e eram responsáveis pela produção da farinha de mandioca. Já aos homens, cabiam a preparação da terra para a agricultura, a caça, a pesca e a produção de instrumentos para tais atividades. Além disso, ficavam encarregados de cuidar da defesa da tribo contra adversidades.

⁴³ MAESTRI, Mario. **Terra do Brasil**: a conquista lusitana e o genocídio tupinambá. São Paulo: Moderna, 1993.

⁴⁴ Também na divisão de trabalho, eram estabelecidos critérios geracionais. Sobre o assunto ver Bittencourt, 2006.

Segundo Mário Aristides Freire⁴⁵, foi com os nativos da América, organizados, de modo geral, seguindo essas formas de convivência, que os exploradores europeus travaram os primeiros contatos. Esses foram iniciados com a expedição de André Gonçalves e Américo Vespúcio, a qual, por volta do ano de 1501, atingiu a baía de Vitória. Para Estilaque Ferreira dos Santos⁴⁶, o reconhecimento inicial do território, por parte dos colonizadores, ficou muito prejudicado por questões relativas à dificuldade de navegação da região norte do Espírito Santo.

A leitura tradicional da presença portuguesa nas primeiras três décadas da colonização do território do Espírito Santo não é passível de comprovação documental. Entretanto, em resposta a essa ausência de documentos, Santos⁴⁷ recorreu aos registros cartográficos e concluiu que,

por uma questão de segurança na viagem, para poder contornar os perigosos recifes dos Abrolhos, os navegantes teriam efetuado um longo desvio e afastamento da costa, só voltando a ter contato com terra próximo da região de Cabo Frio, excluindo portanto de seu contato direto uma parte significativa do litoral brasileiro, entre os Abrolhos e Cabo Frio, justamente o trecho que, na sua maior parte, corresponde ao atual litoral do Espírito Santo [...].

A inexistência de registros dos primeiros anos de colonização é, enfim, explicada devido à ausência de topônimos da região, o que se deu graças a um acidente geográfico da costa brasileira, bem como as condições técnicas de navegação da época.

Assim, o primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, só aporta com sua caravela em solo espírito-santense no dia 23 de maio de 1535 d.C. e, segundo o autor da obra *História do Estado do Espírito Santo*, José Teixeira de Oliveira, o primeiro contato com os antigos moradores da região não foi amistoso, pelo contrário, os silvícolas foram hostis até o momento dos primeiros disparos das peças de canhões de bordo, que os fizeram recuar junto à floresta. Aportados, os portugueses edificaram fortificações que garantiriam o domínio da região diante da recepção nada cordial. As casas dos colonos foram construídas na

⁴⁵ FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo**: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores. 2. ed. Vitória: Flor&Cultura, 2006.

⁴⁶ SANTOS, Estilaque Ferreira. O reconhecimento do Espírito Santo pelas expedições portuguesas antes de 1535. In: **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória, n. 20, p. 203-235, 2008.

⁴⁷ SANTOS, 2008, p. 222.

Vila do Espírito Santo, atual cidade de Vila Velha, e os sessenta tripulantes da embarcação de Coutinho deram início, assim, ao trabalho de reconhecimento da região.

Com frequência, as análises da História Colonial capixaba apontam a completa falência do projeto português na região. Entretanto, pelo menos no aspecto econômico, o início da obra colonial possuiu um sucesso oscilante, ou seja, alternou momentos bem sucedidos se comparado com as outras capitanias, com episódios de grave dificuldade econômica.

Para o estudioso João Eurípedes Franklin Leal⁴⁸, a potencialidade econômica da colônia se demonstra nas falas do primeiro donatário, que chamou o Espírito Santo de “meu vilão farto”, e também no que foi expresso pelo jesuíta Afonso Brás, em carta aos seus superiores, na qual destacou a terra da região como “a melhor e mais fértil do todo o Brasil”. Além disso, o autor verifica que, logo no começo dos trabalhos coloniais, houve um incentivo à atividade comercial, com a criação da alfândega que interligava, ainda no ano de 1550, a vila de Vitória a Portugal e Angola.

Entretanto, essa movimentação não durou muito, pois, mesmo depois de ocorrer a abertura da Alfândega, segundo Santos⁴⁹, por questões geográficas e técnicas, a região do Espírito Santo se manteve isolada nos primeiros anos da presença portuguesa na América. Ainda em 1562, o padre Brás Lourenço informa a seus superiores que, há pelo menos dois anos, nenhum navio aportava na Capitania para prática comercial. Para demonstrar o nível da penúria, o padre alegava até mesmo a falta de vinho para celebração das missas. Além disso, quase cem anos depois, em 1653, o capitão-mor Semeão de Carvalho relata ao Conselho Ultramarino uma situação muito pouco diferente: que o comércio inexistia na região e a população estava restrita a 400 colonos.

Outro fator também determinante para a dificuldade de solidificação do projeto colonizador mercantil no Espírito Santo era a disputa por capitais e por novos

⁴⁸ LEAL, João Eurípedes Franklin. História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 503-534.

⁴⁹ SANTOS, 2008.

colonizadores com as colônias açucareiras do Nordeste. Segundo Bittencourt⁵⁰, os rivais ao norte conseguiam atrair mais investimentos, tanto pela menor distância da metrópole quanto pela possibilidade de uma agricultura em grande escala, necessária para obtenção de lucros com o açúcar na época.

Os episódios marcados pelas dificuldades no Espírito Santo estão inseridos, sobretudo, na segunda metade do século XVI, período em que as populações silvícolas passaram a investir com mais frequência contra os colonos. Os ataques dos índios geravam danos aos portugueses, pois prejudicavam principalmente a exploração econômica da colonização portuguesa em terras espírito-santenses. Além disso, os entraves violentos foram determinantes para uma drástica redução demográfica das populações autóctones. Para Nara Saletto⁵¹,

tanto a localização quanto a demografia dos povos indígenas se alteraram rapidamente com a chegada dos portugueses. O início da colonização foi marcado por uma verdadeira catástrofe demográfica e um amplo deslocamento das populações indígenas.

A autora alega que o fenômeno da redução das populações indígenas pode ser observado em várias regiões da colônia e que, além do enfrentamento, outro fator que contribuiu para essa redução numérica dos silvícolas foram as doenças contagiosas trazidas pelos portugueses, como a varíola e a tuberculose. Em 1559, por exemplo, uma epidemia de infecção pulmonar e disenteria hemorrágica causaram a morte de mais de 20% de todos os índios que mantinham contato com os colonizadores.⁵²

Para Ribeiro⁵³, os europeus chegaram ao ponto de negar a condição humana dos habitantes da América, e

o vulto do genocídio praticado pela conquista e a colonização européia na América, através do contágio, muitas vezes proposital, de doenças, da brutalidade da escravidão e das condições de vida impostas aos índios, não tem paralelo em toda a História.

Tratando especificamente dos povos litorâneos do Brasil, Maestri relata que os tupinambás, “senhores do litoral”, foram escravizados, iludidos, combatidos,

⁵⁰ BITTENCOURT, 2006.

⁵¹ SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização do Espírito Santo. Coleção Canaã; v. 4. Vitória: Arquivo Público Estadual. 1998. p. 115.

⁵² Para mais informações a respeito da redução demográfica indígena nos primeiros momentos da colonização, ver SALETTO, 1998.

⁵³ RIBEIRO, 1983, p. 30-31.

escorraçados, aculturados e, por fim, dizimados, chegando a desaparecer após o primeiro centenário da chegada dos europeus à América.

Ainda para Maestri, é muito comum entre os historiadores o apontamento de que as causas da mortalidade indígena estejam mais ligadas a questões naturais do que a consequências do opressor sistema colonial português. Para o historiador, é inegável a hecatombe provocada pela “unificação bacteriológica mundial”, quando da expansão marítima europeia. Entretanto, não é possível “inocentar” os colonizadores de seu papel na drástica redução demográfica indígena registrada após as primeiras relações.

Dessa forma, o conflituoso contato apontado entre colonizadores e indígenas, que não ocorreu só no Espírito Santo, mas em toda colônia portuguesa na América, pode ser entendido como decorrência, dentre outros fatores, das diferenças culturais que permearam todos os momentos desses encontros. Tal assertiva é observada nos registros do cronista português Pero Magalhães de Gandavo⁵⁴, que revelam uma visão dualista e demonstram a dificuldade de os colonos entenderem os comportamentos e práticas dos indígenas. O relato de Gandavo, referente ao século XVI, ilustra tal dualismo ao destacar que

Estes índios são de cor baça e cabelo corredio; têm o rosto amassado e algumas feições dele à maneira de chins. Pela maior parte são bem dispostos, rijos e de boa estatura. Gente mui esforçada e que estima pouco morrer, temerária na guerra e de muito pouca consideração. São desagradecidos em grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar e vingativos por extremo. [sic]⁵⁵

Enfim, as relações estabelecidas entre nativos, colonizadores europeus e também pelos povos africanos trazidos para escravidão possibilitaram o surgimento de uma população mestiça no Espírito Santo colonial. Segundo Bittencourt⁵⁶, nessa tripla relação, ocorreu a predominância ameríndia, o que deu plasticidade ao sistema social que estava em formação, além de contribuir para preservação dos elementos culturais herdados dos indígenas.

Os principais parceiros dos colonos portugueses no processo de apaziguamento e na aproximação junto aos silvícolas foram, segundo

⁵⁴ GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da província Santa Cruz e Tratado da terra do Brasil**. São Paulo: Editora Parma, 1979.

⁵⁵ GANDAVO, 1979, p. 121.

⁵⁶ BITTENCOURT, 2006.

Oliveira⁵⁷, os jesuítas, presentes no Espírito Santo desde o ano de 1551. Entretanto, mesmo os mais preparados para a condução da catequese percebiam a dificuldade de se trabalhar com pessoas de comportamento tão distinto.

A política da Coroa e dos Jesuítas de combate ao comportamento desviante dos nativos era clara, e Saletto⁵⁸ aponta que

Se os índios não renunciarem a suas práticas “demoníacas”, era preciso forçá-los a abandoná-las. Proibir o canibalismo, a poligamia, os feiticeiros e os rituais pagãos, a nudez etc... Acabar com o nomadismo, fixando-os em aldeias e doando-lhes terras. E finalmente, colocar os jesuítas nas aldeias para doutriná-los e dirigi-los, transformando-os em cristãos.

Bittencourt⁵⁹ observa que o primeiro aldeamento fundado pelos jesuítas na Capitania do Espírito Santo, datado de 1556, chamava-se Conceição da Serra, que, segundo o padre José de Anchieta, chegou a ter cerca de três mil índios cristianizados. O próprio padre Anchieta foi responsável pela fundação de alguns aldeamentos, sendo o mais populoso o de Reritiba, com mais de seis mil índios residentes. Quase todos os núcleos de povoação, no atual território do Espírito Santo, são derivados de antigos aldeamentos, e boa parte das primeiras entradas para o sertão se deu devido a essa mão de obra indígena cristianizada, conforme afirma o autor.

Pretendendo a sustentação econômica e o abastecimento da obra catequética, os jesuítas, explorando a mão de obra nativa, formaram diversas fazendas de relativo sucesso, entre elas, as de Muribeca, Itapoca, Araçatiba e Carapina. Os empreendimentos econômicos jesuítas estiveram presentes até na atividade mineradora da região das minas de Castelo, onde foram também os responsáveis pela fundação dos primeiros povoados.

Cabe ressaltar que, segundo Oliveira⁶⁰, a reconhecida contenda existente em grande parte do território lusitano na América ocorreu em função da divergência de interesses e, em parte, devido à exploração da mão de obra indígena. Contudo, no Espírito Santo, apesar de haver conflitos constantes entre colonos e indígenas, também se estabeleceu uma rara convivência

⁵⁷ OLIVEIRA, 2008.

⁵⁸ SALETTO, 1998, p. 123.

⁵⁹ BITTENCOURT, 2006.

⁶⁰ OLIVEIRA, 2008, p. 82.

pacífica entre indígenas e colonizadores portugueses, pois a presença jesuítica na Capitania espírito-santense, de toda forma, tornou “menos bravios e ferozes os silvícolas inconquistáveis”.

Ao que se tem indício, a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, na administração do Marquês de Pombal, em 1760, marcou um dos períodos mais críticos da economia colonial capixaba. As atividades jesuíticas na Capitania do Espírito Santo eram, há quase duzentos anos, o sustentáculo econômico da região. Antes da expulsão, a fazenda de Itapoca abastecia o Colégio jesuítico de Vitória com farinha e hortaliças, já Muribeca ficava responsável pela criação de gado, chegando “a ter quase duas mil cabeças de gado vacuum e mais de duas centenas do cavalar”⁶¹, e Araçatiba, que era considerada umas das maiores fazendas da Capitania, ficava com a produção de açúcar.

Com o fim da catequese jesuítica, que serviu muitas vezes para submeter o indígena ao trabalho, muitos nativos acabaram abandonando as aldeias e voltando para as florestas. Tal fato desarticulou os mais importantes aldeamentos e tornou ainda mais frágil a colonização na região.

O duro golpe sofrido pela economia capixaba após a expulsão dos padres jesuítas é atribuído, pela historiografia local, como um dos principais fatores da pouca dinâmica econômica da região. Além disso, a baixa produção do açúcar em relação às capitanias vizinhas também seria responsável pelo número reduzido de embarcações que aportaram em Vitória, elucidando o panorama econômico pouco ágil em comparação às demais capitanias.

Os problemas administrativos potencializavam os momentos de escassez nas terras capixabas. Após uma administração reconhecidamente positiva, de Francisco Gil de Araújo, que, na segunda metade do século XVII, promoveu a construção da Câmara da Vila de Vitória, do pelourinho e da Casa de Misericórdia de Vila Velha, a carestia na região alcançou níveis extremos, representados pela insuficiência de alimentos. Conforme assegura Leal⁶², o capitão-mor Francisco Ribeiro, responsável pela Capitania em 1701, chegou a proibir a exportação de alimentos cereais, limitou os locais para a venda do pescado e obrigou os agricultores dos arredores de Vitória a trazer a farinha de

⁶¹ OLIVEIRA, 2008, p. 157.

⁶² LEAL, 2008.

mandioca para vender aos sábados, buscando, assim, evitar a ampliação da fome na região.

O século XVIII marcou um novo entrave ao desenvolvimento econômico capixaba quando, depois das descobertas de ouro na região em que foi criada a Capitania das Minas Gerais, a Coroa portuguesa proibiu a abertura de estradas no interior da Capitania capixaba. Dessa forma, Leal⁶³ afirma que a administração portuguesa visava transformar o Espírito Santo em

uma trincheira de defesa do interior mineiro, evitando qualquer medida ou ação progressiva que atraísse a cobiça estrangeira, que prejudicasse a mineração nas Minas Gerais ou que facilitasse o contrabando do ouro.

Se por um lado, os metais preciosos limitaram as entradas para o interior da capitania capixaba, por outro, foram a principal motivação para o reconhecimento do território antes do século XVIII. A primeira expedição à procura dos luminosos metais remete ao instante inicial da obra colonizadora do donatário Vasco Coutinho e, além disso, existem vários registros de buscas pelas pedras faiscantes, a exemplo, cita-se o caso de Francisco Gil de Araújo, que promoveu quatorze entradas à procura de esmeraldas saindo de terras capixabas.

Segundo Oliveira⁶⁴, o interesse e a ampliação das buscas, justificados pelos relatos cada vez mais frequentes e promissores dos aventureiros, culminaram na descoberta de ouro no sertão capixaba, por volta do ano de 1692, pelo bandeirante paulista Antônio Rodrigues Arzão. A notícia atraiu todas as atenções às terras da capitania capixaba, que seriam o provável caminho mais próximo às tão sonhadas minas de pedras preciosas. A partir da divulgação das descobertas de Arzão, medidas proibitivas vieram diretamente de Portugal, a fim de proteger seus domínios. Entre as preocupações da Coroa, estavam sobretudo a coibição de invasões estrangeiras e o controle do contingente populacional, cujo crescimento demasiado dificultaria o combate ao contrabando. Esses e outros fatores foram os principais responsáveis pela fortificação da costa capixaba durante o século XVIII, bem como pelas medidas restritivas mais contundentes a respeito das entradas ao interior do solo espírito-santense.

⁶³ LEAL, 2008, p. 517.

⁶⁴ OLIVEIRA, 2008.

Após a redefinição dos limites das capitanias e, por conseguinte, a criação das capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, em 1709, além das medidas restritivas relatadas anteriormente, a ocupação das terras capixabas ficou fadada à faixa litorânea. Como resultado dos obstáculos citados, a população na região manteve-se diminuta ao ponto de Vitória, entre os anos de 1728 e 1730, somar cerca de 5.000 habitantes, os quais moravam em 700 residências.⁶⁵

Apesar de se verificar um crescimento demográfico significativo, ao se comparar os 400 habitantes relatados, em 1653, pelo capitão-mor Semeão de Carvalho com os 5000, entre os anos de 1728 e 1730, em Vitória, por outro lado, a população brasileira, segundo um levantamento bibliográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶⁶, em meados do século XVII, girava em torno de 184 mil pessoas, enquanto que, em meados do século XVIII, beirava 1 milhão e 500 mil pessoas. Grande parte desse crescimento populacional pode ser explicada pelas migrações que buscavam ocupar as terras da mineração, descobertas desde 1692. Verifica-se assim que, proporcionalmente, a população da região estudada mantinha-se diminuta quando comparada ao restante da colônia portuguesa na América.

Além dessa constatação, a atribuição de uma população diminuta em Vitória e em toda Capitania do Espírito Santo também é recorrente por parte de cronistas e viajantes, que insistem em considerar a capitania como pouco povoada. Essa opinião deve-se, muito provavelmente, a uma comparação feita com a movimentação das outras capitanias.

A reduzida população refletia-se em índices econômicos tímidos, sendo que, na segunda metade do século XVIII, a produção agrícola dedicada às exportações baseava-se no tradicional cultivo monocultor de cana-de-açúcar e na produção de mandioca, enquanto o abastecimento interno limitava-se à agricultura de subsistência e à pesca das pequenas vilas litorâneas.

⁶⁵ OLIVEIRA, 2008.

⁶⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Dados Históricos dos Censos:** Estimativas da População - 1550-1870. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm> Acesso em: 12 dez. 2013.

Tradicionalmente para os historiadores, o referido século XVIII, no Espírito Santo, é reputado como pouco movimentado em relação às atividades econômicas. Para além, é costumeiro apreciar na historiografia que o interior capixaba era um verdadeiro vazio demográfico à espera da ação colonizadora dos imigrantes estrangeiros. Contudo, essas afirmações são equivocadas, haja vista que todo o sertão da região possuía uma expressiva população indígena se comparada às outras capitanias. Essa população, dividida entre os “índios bravos”, caçadores e coletores nômades, e “índios mansos”, chamados também de semi-integrados, irradiava-se pelas florestas e vilarejos e lutavam cotidianamente pela sobrevivência própria e da família.⁶⁷

No que se refere às fronteiras do Espírito Santo nesse período, percebe-se uma indefinição, principalmente por conta das disputas territoriais com os vizinhos. Os registros dessas disputas remetem ao início da colonização, e o pesquisador Fábio Paiva Reis⁶⁸ considera uma relativa perda de identidade territorial por parte dos capixabas, uma vez que as fronteiras coloniais permaneceram fluidas, sendo disputadas pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Outro aspecto importante a respeito do período colonial capixaba foi a militarização da costa Atlântica, reforçada ainda mais após o descobrimento das minas no sertão espírito-santense. Segundo Bittencourt⁶⁹, Vitória abrigava um regimento com dez companhias de infantaria, além de duas companhias de artilharia, que, para o autor, pareciam representar uma verdadeira tropa de elite. Todavia, outra motivação para a instalação de destacamentos militares na costa era a proteção dos habitantes diante dos ataques dos referidos “índios bravos”, que amedrontavam colonos e visitantes. Havia onerosos corpos militares responsáveis apenas por “proteger” as regiões atingidas pelos ataques silvícolas, e o recrutamento forçado, necessário para manutenção desses destacamentos, desfalcava nitidamente os quadros da diminuta força de trabalho livre nas vilas capixabas.

⁶⁷ LOSADA, Vânia Maria. Vazios demográficos ou territórios indígenas?. In: **Dimensões** – Revista de História da Ufes: Vitória, n.11, 2000.

⁶⁸ REIS, Fabio Paiva. **A Serra das Esmeraldas**: cartografia, imaginário e conflitos territoriais na capitania do Espírito Santo (sec. XVII). 2011, 151p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

⁶⁹ BITTENCOURT, 2006.

Ainda para Bittencourt⁷⁰, a iniciativa de instalar os efetivos militares “ficava justificada pela necessidade de uma linha de defesa dos colonos, nas justas medidas do avanço da ampliação das terras conquistadas”. Alguns destacamentos eram compostos exclusivamente pelos já citados indígenas “mansos”, como se verificavam nos casos dos contingentes que protegiam o rio Piraquê-Açu e a Vila de Nova Almeida.

Destaca-se que, nos anos iniciais da colonização, principalmente nas regiões que enfrentavam essa resistência indígena, a historiografia registra a presença maciça de homens. São soldados, tropeiros, padres, enfim, homens encarregados das atividades colonizadoras e da conquista dos territórios.

Em 1790, o então capitão-mor Inácio João Monjardim promoveu um levantamento encaminhado ao rei que informava a presença exata de 22.493 habitantes na capitania. Esse número representava pouco menos de 1% da população brasileira da época, a qual girava em torno de 2 milhões e 500 mil habitantes. As informações de caráter econômico desse mesmo levantamento formam um panorama das atividades produtivas em Vitória e na Vila do Espírito Santo, que exportavam algodão, açúcar, milho e arroz e importavam basicamente sal, vinho, azeite, linhos e seda. Mais ao norte, a região próxima ao rio Piraquê-açu, objeto dessa pesquisa, exportava madeira, e seus outros produtos serviam para o abastecimento interno da localidade. Ao sul, Guarapari exportava cerca de 30 caixas de açúcar por ano e seu vizinho, Benevente, limitava-se à exportação de madeira e à produção de subsistência.⁷¹

Mesmo o açúcar sendo o produto mais apreciável da economia local e sua produção a principal geradora de receitas públicas para o Espírito Santo, o volume do que era produzido na capitania capixaba não foi fator satisfatório para inseri-la entre as regiões mais bem sucedidas, afinal “seus efeitos não proporcionaram condições favoráveis à expansão econômica da província”⁷².

Outro aspecto relevante da economia açucareira da região que deve ser levado em conta é que uma porção expressiva da população capixaba dedicava-se justamente ao seu plantio. Observa-se que coexistiam junto às grandes

⁷⁰ BITTENCOURT, 2006, p. 97.

⁷¹ LEAL, 2008.

⁷² SIQUEIRA, Maria da Penha. **O desenvolvimento do Porto de Vitória: 1870-1940**. Vitória: CODESA, 1995. p. 35.

propriedades de cana-de-açúcar pequenos produtores ou trabalhadores livres sem posse da terra. Essa população lutava por sua sobrevivência garantindo sua subsistência e, quando possível, buscava rendimentos junto às grandes propriedades monocultoras, que passaram a funcionar como centro de convergência do trabalho agrícola. Os grandes lavradores ficavam comprometidos a beneficiar a cana dos vizinhos, comprar as mercadorias ou mesmo contratar trabalhadores nos momentos de plantio e de colheita.⁷³

Cabe aventar o panorama diverso em relação à economia informal e de subsistência que se estabelecia na região litorânea espírito-santense. Os registros de tais relações, contudo, são diminutos. Mas é fugaz a compreensão dos frutos e reflexos dessas relações, já que o objetivo é entender como viviam os habitantes do Espírito Santo no passado, que, nas cercanias do fim do domínio português no Brasil, somavam aproximadamente 25 mil habitantes, espalhados sobretudo pela faixa litorânea.

Segundo o pesquisador Carlos Teixeira de Campos Junior⁷⁴, a ocupação espaçada pela costa era sustentada justamente pela “cultura da cana-de-açúcar, produto este cultivado e transformado por alguns engenhos existentes naquela época”. O autor explica que, na primeira metade do século XIX, a economia do Espírito Santo estava polarizada ao sul, por Itapemirim, ao centro, por Vitória, e ao norte, por São Mateus. A produção que visava à exportação no centro-sul continuava sendo a de cana-de-açúcar e a da região norte mantinha também o cultivo de mandioca, iniciado no período anterior.⁷⁵

Mais especificamente nos arredores da vila de Itapemirim, contabilizavam-se cerca de nove unidades produtivas dedicadas ao plantio do açúcar na época. A produção no sul da Capitania, assim, era escoada, especialmente, pelo Rio de Janeiro, uma vez que os caminhos para Vitória eram recheados de obstáculos. Os ataques dos indígenas e a pouca movimentação do porto da capital induziam os produtores de açúcar do sul a levarem sua produção aos portos da região de Campos, no Rio de Janeiro.

⁷³ SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar**. (1535-1700). Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/ Departamento estadual de Cultura, 1994.

⁷⁴ CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo Arrabalde**. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996. p. 66.

⁷⁵ CAMPOS JÚNIOR, 1996.

O que era produzido na região central, área de ocupação mais antiga, chegava a Vitória e movimentava a atividade comercial do porto, que exportava a partir de uma navegação de cabotagem. Dessa forma, as exportações ficavam tributadas às outras capitanias, sobretudo aos vizinhos mais próximos, Bahia e Rio de Janeiro.⁷⁶

Já a região norte, responsável pelo abastecimento da capitania com a mandioca, que era a base alimentar do habitante capixaba, sofria principalmente com o isolamento geográfico. Como não havia acesso por terra, o transporte e a comunicação com as regiões próximas ficavam prejudicados. Ainda nessa época, os ataques indígenas não tinham cessado e assustavam pela frequência e ferocidade. A interiorização acontecia apenas pelas vias fluviais e ficava limitada às margens dos rios onde se praticava outra atividade rentável na região: o corte das madeiras de lei.⁷⁷

Embora a divisão do território capixaba em regiões produtivas contribua para a compreensão da movimentação econômica no século XIX, a ocupação do território capixaba, nessa mesma época, permanecia predominantemente litorânea. A expressão de frei Vicente, o qual relata, ainda no século XVI, que os portugueses no Espírito Santo se conservavam “como caranguejos”, é ilustrativa no que diz respeito à manutenção, até o século XIX, da ocupação apenas costeira.

A presença de viajantes europeus se intensificou nos primeiros anos do século XIX, já que o Brasil passou por uma abertura aos olhares internacionais, sendo visitado por muitos estrangeiros que deixaram registros de suas experiências. E todos os escritos de viajantes que estiveram no Espírito Santo no começo dos Oitocentos relatam a apreensão dos habitantes quanto à hostilidade dos povos silvícolas e a consequente ocupação litorânea da população capixaba.

Entre os principais fatores para entender essa ocupação, está o difícil relacionamento travado entre os colonizadores e os indígenas, que habitavam as selvas do sertão capixaba e que, como dito anteriormente, excursionavam pela costa ainda no século XIX.

⁷⁶ BITTENCOURT, 2006.

⁷⁷ BORGIO, Ivan; ROSA, Léa; PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: Edufes, 1996.

O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire⁷⁸, que, em 1816, desembarcou no Rio de Janeiro tendo como principal objetivo de sua viagem estudar a História Natural brasileira, viajou pelo Espírito Santo em 1818 e escolheu fazer o caminho por terra da corte até o rio Doce. Essa opção era mais árdua se comparada com a viagem por mar, afinal existiam poucos pontos de abastecimento e quase nenhum rancho. Em sua passagem pela região norte do Espírito Santo, Saint-Hilaire relata que “os habitantes para gozar de maior segurança contra os índios, fazem em geral, suas plantações juntas umas das outras”.

Cabe registrar que o Espírito Santo era apontado como um dos últimos redutos da presença de indígenas “selvagens” no Brasil, como se observa no relato do pintor francês François Auguste Biard⁷⁹, que, em sua busca por encontrar índios “não civilizados”, recorreu a uma viagem ao Espírito Santo entre os anos de 1858 e 1859. O artista

Muitas vezes indagava de franceses que já tinham estado no Brasil aonde se deveria ir para ver os índios e de nenhum recebera uma satisfatória resposta. Na opinião da maioria dessas pessoas, não existiam mais índios; a raça desaparecera; todavia, a meu ver, haveria ainda alguns em alguma parte. Eu queria encontrá-los fosse como fosse.⁸⁰

Tempos antes, no ano de 1815, o Príncipe de Wied-Neuwied chegou ao Brasil e logo foi convidado a visitar o litoral do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, que o interessava pela diversidade biológica. Formou-se assim uma comitiva composta pelos também alemães, o naturalista Frederico Sellow e o zoólogo Guilherme Freyeiss.

Além dos renomados especialistas em História Natural, a comitiva era apoiada por um botocudo civilizado, chamado Queck, que fez parte da missão por todo tempo e foi levado para a Alemanha no final da viagem do Príncipe Wied-Neuwied.

Essa comitiva do Príncipe de Wied-Neuwied⁸¹, ao chegar ao Espírito Santo, sentiu-se acuada pelo perigo que os violentos ataques dos botocudos representavam. No vilarejo da Barra do Siri, encontraram apenas casas

⁷⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 91.

⁷⁹ BIARD, Auguste François. **Dois anos no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

⁸⁰ BIARD, 2004, p. 53.

⁸¹ WIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

abandonadas, já que o último ataque indígena tinha sido devastador. Após o episódio, o príncipe relata que “por todos esses fatos, é evidente que essas florestas estão cheias de selvagens independentes e hostis”⁸².

O já citado naturalista Saint-Hilaire⁸³, em 1818, também adverte que, ao chegar aos arredores do rio Itabapoana, na atual fronteira entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, escutou histórias dos violentos ataques dos índios. Sua comitiva ficou assustada, pois foi informada de que a região oferecia um alto grau de perigo aos andarilhos.

Já na região de Benevente, o naturalista relata que o “atraso” da localidade se dava pelo medo dos Botocudos, “que há 25 ou 30 anos vêm causando danos no território deste distrito”⁸⁴. Além disso, esses mesmos índios foram os responsáveis pelo abandono dos povoados nas margens dos afluentes do rio Benevente e a eles se creditava a dificuldade de afastar-se do litoral.

Vale pontuar que a historiografia propõe vários procedimentos acerca da interpretação das informações dos relatos dos viajantes. Para Laura de Mello e Souza⁸⁵, as narrativas conciliavam fantasia e realidade tornando tênues as fronteiras entre o real e o imaginário.

Para Guillermo Giucci⁸⁶, nas viagens, a vegetação, os animais e os habitantes são submetidos às ações do aventureiro. Este é atraído pelo diferente e busca, assim, acumular experiências pessoais, aperfeiçoar suas fantasias, realizar seus desejos e, por fim, modernizar suas ilusões.

Além disso, de forma geral, os cronistas enfrentavam grande dificuldade em produzir os relatos. A exuberância da natureza, a riqueza de cores da vegetação e os hábitos exóticos da população ameríndia desconcertavam os viajantes, que sofriam pela inadequação de seu vocabulário ou mesmo pela

⁸² WIED, 1989, p.133.

⁸³ SAINT-HILAIRE, 1974.

⁸⁴ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 33.

⁸⁵ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁸⁶ GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso**: o Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

limitada gama de cores identificáveis por eles. Sendo assim, apesar do caráter criterioso adotado pelos viajantes citados, cabe a ressalva metodológica.⁸⁷

Esses cronistas, ao relatarem as relações entre os primeiros colonizadores portugueses e a natureza americana, divergiam entre edenização e a detração. Os relatos iniciais exaltavam a riqueza das novas possessões portuguesas

Entretanto, conforme o novo continente começou a emergir na sua especificidade, a edenização ficou ameaçada. Novas plantas, ventos fortes, chuvaradas, mas sobretudo homens e bichos estranhíssimos, *outros* que os europeus.⁸⁸

Para os visitantes estrangeiros, os indígenas eram objetos de curiosidade e, no início da colonização, houve tentativas de aproximar a descendência dos índios à dos europeus. A intenção era mostrar que a semente do cristianismo estava plantada nos ameríndios e, por isso, o caráter evangelizador da colonização deveria predominar. Esse pensamento transformava a catequese dos povos além-mar como indispensável e construía um estatuto mais igualitário entre brancos e índios, com objetivos claramente colonialistas.⁸⁹

Entretanto, as populações bráslicas eram depreciadas na maioria dos relatos. O *Homo sylvestris*, com hábitos naturais e vida instintiva, tinha seus atributos espirituais aviltados em relação às características físicas. A maior parte dos traços foi herdada do homem selvagem medieval, o oposto do cavaleiro e do ideal cristão.

O europeu encontrou na América uma humanidade diferente, dita inferior e parada no tempo. As alegações de barbarismo e canibalismo agregadas à insubmissão e à perversidade do ameríndio funcionavam como mecanismos de legitimação da exploração por parte dos lusitanos.⁹⁰

Ronald Raminelli⁹¹, discutindo os motivos dessas taxações depreciativas, afirma que “Os julgamentos realizavam-se por intermédio da verdade e da razão particulares ao emissor e, desta forma, qualquer costume que fosse diferente ganharia um epíteto pejorativo”.

⁸⁷ ELLIOT, J.H. **O Velho Mundo e o Novo**: 1492/1650. Lisboa: Editorial Querco, 1984.

⁸⁸ SOUZA, 1986, p. 43, grifo da autora.

⁸⁹ RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

⁹⁰ GIUCCI, 1992.

⁹¹ RAMINELLI, 1996, p. 38.

No Espírito Santo do século XIX, os visitantes estrangeiros relatavam com frequência as dificuldades causadas pelos Botocudos, mas, Bittencourt⁹² acrescenta que “se o Botocudo significava um óbice à colonização, na visão do luso-brasileiro, aqueles oriundos das outras tribos encerravam significado oposto”. Afinal, como o próprio autor sublinha, a maior parte dos destacamentos militares na região capixaba era formada predominantemente por pessoas de origem indígena, além de algumas vilas serem também compostas basicamente por essas populações. A título de exemplo, o destacamento do rio Piraquê-Açu e a aldeia de Nova Almeida eram compostos predominantemente por essas populações de origem indígena. Mesmo na capital, era relevante a presença de populações indígenas integradas. Biard⁹³, ao transitar por Vitória, em meados do século XIX, avistou um bairro onde

São bem numerosos esses indígenas: a sua habitação, sem que se possa chamar uma casa, não é contudo mais uma taba. Eles já tinham certos hábitos civilizados. Entrei numa dessas habitações: em quase todas, mulheres faziam rendas de almofada e se via um periquito empoleirado num pau.

Enfim, ocupando o território “como caranguejos” e convivendo com a diversidade étnica da região, a presença portuguesa em terras capixabas se deu repleta de adversidades em toda extensão do Espírito Santo. Já entre as três zonas produtivas do século XIX, mencionadas anteriormente, a norte foi a que menos se beneficiou das possibilidades geradas pelo açúcar. Enquanto a região litorânea, do centro de ocupação antiga, e a região sul, ligada ao mercado carioca, despontavam como as principais zonas econômicas produtoras de açúcar, o norte capixaba mantinha características pouco diferentes das coloniais.

Apesar das questões colocadas, há casos que obviamente fogem a esse panorama geral. Entre os exemplos, estabeleceu-se nas vilas litorâneas, ou mesmo nas fazendas do sertão mais próximo à costa norte, uma população dispersa e miscigenada que buscava sua sobrevivência nas formas mais diversas, entre a subsistência e o relacionamento, quando convinha, com os mercados produtores de açúcar, madeira e mandioca. E, dentre essas populações, destaca-se a da região de Aldêa Velha, objeto desta dissertação.

⁹² BITTENCOURT, 2006, p. 97.

⁹³ BIARD, 2004, p. 57.

2.2. O norte do Espírito Santo e a região de Aldêa Velha no século XIX

As primeiras ocupações da região norte da Capitania do Espírito Santo se fizeram no momento em que se iniciou a colonização do solo capixaba. Porém, a ausência de estradas e de meios de comunicação, que impedia o acesso às áreas férteis e conseqüentemente dificultava o escoamento da produção agrícola e extrativista, pode ser apontada como um dos maiores entraves à ocupação dessa região. Não obstante, “o clima quente e úmido do norte favorecia a incidência de febres, contribuindo para a quase ausência de povoadamentos além do rio Doce”⁹⁴.

Os ataques indígenas, que não eram exclusividade do norte, mas, como foi citado anteriormente, atordoavam os colonizadores ao longo de todo o território capixaba, incrementavam as dificuldades de interiorização ou mesmo de formalização de povoadamentos na costa norte do Espírito Santo. O medo parecia generalizado e chamou a atenção do príncipe Maximiliano⁹⁵, que alertava os aventureiros afirmando que “a desgraçada guerra sustentada contra os Botocudos no rio Doce torna impossível conhecer de perto e estudar, nessa região, esse notável povo; quem quiser vê-los aí, deve preparar-se para uma flechada”.

Ainda que as dificuldades de acesso e os ataques indígenas impossibilitassem a manutenção de uma obra colonizadora eficaz e constante, destacam-se, na extensão norte do litoral capixaba, as áreas ocupadas na foz dos três principais rios da região: o Piraquê-Açu, com a Freguesia de Aldêa Velha, o rio Doce e a povoação de Linhares, além do rio São Mateus e a vila de mesmo nome.⁹⁶

Dessas três áreas de ocupação do trecho norte do litoral do Espírito Santo, a foz do rio Piraquê-Açu, onde se localiza hoje o distrito de Santa Cruz, interessa em específico a esta pesquisa, haja vista que o objetivo principal é compreender justamente a composição dessa população e as formas e modelos familiares com ênfase nos arranjos chefiados por mulheres. De

⁹⁴ BORGOS; ROSA; PACHECO, 1996, p. 63.

⁹⁵ WIED, 1989, p. 163.

⁹⁶ BORGOS; ROSA; PACHECO, 1996.

antemão, observa-se, no local, que o elemento indígena foi determinante no todo populacional.

De modo geral, em toda a região norte, a economia é marcada pela produção de mandioca, principalmente em São Mateus. A farinha compunha a base alimentar da população capixaba e garantia bons rendimentos aos produtores da fronteira com a Bahia.⁹⁷

Além da mandioca, a comercialização da madeira despertou “o interesse econômico e sua exploração foi meta pretendida”, afirma Borgo⁹⁸. Em algumas regiões, como era o caso da foz do rio Piraquê-Açu, o volume de embarcações que buscavam a madeira era alto e grande parte da população se dedicava ao corte e embarque do produto.

A qualidade das madeiras e a sua exportação chamavam a atenção inclusive dos visitantes. Biard⁹⁹ informa que

Em regra a madeira que ali carregam os navios compõem-se de uma espécie de jacarandá que se exporta para o Rio e de lá para a Europa. Os donos de terras onde existem essas árvores fazem dela único meio de comércio. Trazem do interior os troncos cortados à altura dos primeiros galhos e em Santa Cruz os serram em duas metades antes do embarque.

Santa Cruz, como hoje é conhecido o distrito do município de Aracruz, ao norte de Vitória, é um vilarejo localizado na foz do rio Piraquê-Açu e foi a terceira vila a ser fundada na Capitania, no ano de 1556. Para se ter noção do longo conhecimento da área, o mais antigo registro de contrabando de madeira na região de Santa Cruz se faz nos escritos de Jean de Lery¹⁰⁰, em 1557, ou seja, apenas um ano depois de a vila ter sido criada.

Bem como em quase todo litoral norte capixaba, na primeira metade do século XIX, a população de Santa Cruz era constituída predominantemente por indígenas ou descendentes, mas os componentes europeus e africanos integravam a diversidade étnica regional.

A vida dessas pessoas, mesmo em meados do século XIX, permanecia árdua e rústica, como nos tempos coloniais. Vida social, moradia, vestimentas,

⁹⁷ BITTENCOURT, 2006.

⁹⁸ BORGO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 32.

⁹⁹ BIARD, 2004, p. 64.

¹⁰⁰ ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: R. Continente, 1977.

casamento, alimentação, religião e trabalho permaneciam organizados de forma simples e, em certa medida, similar aos séculos iniciais da colonização.

A documentação a respeito dessas facetas da vida é incomum nessa temporalidade ou, assim como em outras regiões, inexistente. Por outro lado, como alternativa, uma leitura cuidadosa da bibliografia regional aliada à consulta dos relatos de viajantes podem revelar traços da vida social, mesmo das pessoas mais modestas.

Por outro lado, no decorrer do século XIX, muitos dos viajantes que estiveram no Espírito Santo também visitaram a foz do rio Piraquê-Açu e deixaram importantes registros. Os relatos desses indivíduos, se avaliados e cruzados com outras referências, contribuem para dar historicidade à vida dos habitantes da então Província do Espírito Santo, assim como seus relatos possibilitam ao pesquisador levantar hipóteses para a história do cotidiano de toda zona litorânea do norte.

Segundo Coutinho¹⁰¹, nos tempos da fundação de Santa Cruz, em 1556, como Aldêa Nova foi chamada inicialmente pelo seu fundador, Braz Lourenço, os primeiros habitantes levantaram algumas choupanas e buscavam a subsistência praticando a agricultura, criando pequenos animais, caçando, coletando mariscos e produzindo artesanato.

Todavia, foi a presença de insetos que proporcionou um fato interessante na história do lugarejo. Desde os primeiros anos da ocupação, a presença das formigas se mostrava um verdadeiro estorvo às atividades produtivas. Em um dos ataques devastadores das formigas-de-correição, popularmente conhecidas como “cabeçudas”, ficou decidida a mudança da população para uma localidade próxima, que se denominava Santos Reis Magos e atualmente se chama Nova Almeida, ficando, assim, Aldêa Velha praticamente abandonada, segundo afirma Paulo Cruz¹⁰².

As formigas e insetos permaneceram como obstáculos à agricultura e à caça na região até o século XIX, como se observa em várias passagens dos escritos de Saint-Hilaire e Biard. O primeiro aponta que aquela região “é menos fértil,

¹⁰¹ COUTINHO, José Maria. **Uma história do povo de Aracruz**. Aracruz: Reitem, 2006.

¹⁰² CRUZ, Maurilen de Paulo. **Faça-se Aracruz!**: subsídios para estudos sobre o município. Serra: Tempo Novo, 1997.

isolada, vizinha dos botocudos”, e acrescenta que “nela as formigas causam contínuos estragos”.¹⁰³ Já o segundo relata que, enquanto trabalhava na floresta próxima à vila, ouviu um barulho que pensou tratar

de uma tempestade prestes a desencadear e como tinha de percorrer bem uma légua antes de chegar a casa tratei de meu regresso, quando de súbito me vi coberto da cabeça aos pés por um exército de formigas. Mal tive tempo de me levantar, derramando tudo quanto tinha dentro de minha caixa de tintas, e fugi a toda velocidade, procurando me ver livre das formigas. E nem pensei em ir buscar os objetos deixados à toa. Numa extensão de dez metros mais ou menos de largura, unidas de tal modo que não se via um palmo de terreno, miríades de formigas caminhavam sem se importar com os obstáculos, a transporem parasitas, plantas, árvores das mais elevadas. (...) Somente muito tempo depois foram se formando entre aquele tapete ambulante umas veredas dentro das quais pude ir saltando, com o maior cuidado para não me aproximar das formigas que de novo me assaltariam. (...) Consegui abater algumas aves, porém ao terminar o desfile das formigas verifiquei que a minha caça tinha sido inteiramente destruída.¹⁰⁴

Apesar da fuga da população para outro lugar, algumas dezenas de indígenas, já convertidos ao cristianismo, mantiveram base em Aldêa Velha. Coutinho¹⁰⁵ afirma que a estagnação da região se manteve até o ano de 1790, quando o Capitão-mor Ignácio João Mongeardino buscou a promoção de uma repovoação da Vila com a chegada de 30 casais portugueses. Em 1837, a região é elevada à Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldêa Velha e, em 1848, uma Resolução Provincial transforma a Freguesia em Vila de Santa Cruz. A partir de então, a atividade portuária da região passa a registrar um relevante comércio de açúcar, cachaça, carnes, leite, queijo, madeiras de lei, peixe salgado, farinha de mandioca e diversos artefatos de origem indígena.

Entretanto, as exportações, principalmente de madeira, não refletiam em um enriquecimento da população. A primeira impressão do príncipe Maximiliano¹⁰⁶ sobre os moradores de Santa Cruz era que formavam grupos de pescadores pobres e se alimentavam basicamente de farinha de mandioca, mariscos e peixes, que abundavam na localidade. A penúria da população também pode ser observada em uma passagem de Biard¹⁰⁷ na qual relata que mesmo a carne de um animal intoxicado por uma erva venenosa foi consumida pelos habitantes locais, mostrando, dessa forma, que a fartura estava longe da mesa dos mais simples.

¹⁰³ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 68.

¹⁰⁴ BIARD, 2004, p. 85.

¹⁰⁵ COUTINHO, 2006.

¹⁰⁶ WIED, 1989.

¹⁰⁷ BIARD, 2004.

Em meados do século XIX, a população se empregava, basicamente, de suas roças de milho e mandioca, da pesca e, principalmente, do corte de madeira, que ainda era favorecida pelo excelente porto da localidade, como informa o presidente provincial Couto Ferraz: “grande parte dos habitantes da freguesia de Aldêa Velha entrega-se ao corte de madeiras, por serem abundantes de jacarandá, guarabres, cedro, amarelo e outras”¹⁰⁸.

Outro aspecto importante relativo à vida cotidiana dos habitantes da já então Vila de Santa Cruz era a devoção por São Benedito, provável herança jesuítica dos tempos coloniais. Biard¹⁰⁹ relata que

De repente ouvi ao longe rumor um tanto confuso, como se alguém batesse num tambor cuja pele estivesse molhada. Que história seria essa? Pela manhã vim a saber que se tratava da festa de São Benedito, divindade de grande devoção dos índios. Eles faziam preparativos para essa festa uns seis meses antes e guardavam dela uma recordação pelos outros seis meses do ano. Desde o momento em que esse tambor começa a ser tocado, não pára mais, nem de noite nem de dia.

Esses devotos de São Benedito vestiam-se de forma apropriada ao olhar estrangeiro. Saint-Hilaire¹¹⁰ observou que os homens usavam calça e camisa, já as mulheres vestiam-se apenas com uma camisa e uma saia. Alguns anos depois, Biard¹¹¹ os descreve de forma diferente, já que, ao seu olhar, aqueles pescadores e suas mulheres “queimadas de sol” se cobriam com cores berrantes e andavam descalços, apesar de alguns senhores passarem um “ar aristocrático” por vestirem roupas pretas e se adornarem com gravatas brancas.

Não eram apenas as cores berrantes dos vestidos das mulheres da região que chamavam a atenção dos estrangeiros. A imagem de mulheres caminhando à vontade, mesmo na presença de um visitante, também é representada por Saint-Hilaire¹¹², o qual observou que

Na Província do Espírito Santo as mulheres não se ocultam, como ocorre em Minas; recebem o estrangeiro, conversam com ele e auxiliam a fazer-lhes as honras da casa. Tecelagem de algodão é coisa a que estão acostumadas; quase todas também fazem renda mais ou menos comum e têm o hábito de trabalhar de cócoras em pequenos estrados, de um pé, o mais ou menos acima do soalho; é certamente, ao exemplo dos índios que não escondiam as mulheres que as da Província do Espírito Santo devem a

¹⁰⁸ BORGOS; ROSA; PACHECO, 1996, p. 35.

¹⁰⁹ BIARD, 2004, p. 86.

¹¹⁰ SAINT-HILAIRE, 1974.

¹¹¹ BIARD, 2004, p. 61-62.

¹¹² SAINT-HILAIRE, 1974, p. 17.

liberdade de que desfrutam e este resultado não é único neste país, com referência aos costumes dos portugueses em contato com os numerosos indígenas.

Em outra passagem, agora nas proximidades de Santa Cruz, o naturalista dialoga com a esposa de um senhor chamado Antônio Martins. No primeiro momento, reafirma a percepção de que as mulheres no litoral capixaba “não fogem ao estrangeiro”. Em seguida, questiona a senhora se ela não se sentia sozinha naquela região tão pouco habitada. A resposta da mulher esclarece e intriga o viajante: “Não tenho eu, respondeu-me, minha família, os cuidados de meu trabalho, e esta companhia? Ajuntou, mostrando-me pequeno oratório, que encerrava a imagem da virgem”¹¹³.

Os encontros ambientados nas mais diversas situações geravam também colocações satíricas das personagens femininas da região. As cozinheiras, por exemplo, eram desde “velhas índias sujas” até “mulatas inocentes”. Esses adjetivos não podem ser entendidos como colocações ocasionais, uma vez que o imaginário europeu, desde a idade média, aponta estereótipos, como o da índia velha, sedenta pelo ritual antropofágico, ou o da mulher negra sensual, escrava e objeto da luxúria do branco.¹¹⁴

Nos relatos dos viajantes, cabe destacar que, tanto nas ruas quanto nas cozinhas, são poucas as mulheres que recebem o registro do próprio nome. De forma geral, elas são sempre identificadas pela profissão que exercem ou por um grupo a que pertençam. Essa constatação se dá nos espaços públicos e nos ambientes privados.

No relato de Biard, a única exceção é Rosa, personagem de uma pitoresca cena de velório presenciada pelo autor. Mesmo apresentada pelo nome, Rosa não foge de ser caracterizada pelo viajante a um estereótipo comum, que é o de mãe. A experiência com essa mulher foi tão marcante para o pintor, a ponto de ser incluída no relato, além de uma gravura do episódio, também uma cuidadosa descrição na qual o viajante narra que, “Ao pé do cadáver, Rosa, sua mãe, entoava baixinho uma oração, sem que, contudo, deixasse de ir de quando em quando buscar um peixe na cozinha, voltando a mastiga-lo”¹¹⁵.

¹¹³ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 87.

¹¹⁴ Para mais informações sobre o assunto, ver FREYRE, 2006; RAMINELLI, 1996.

¹¹⁵ BIARD, 2004, p. 96.

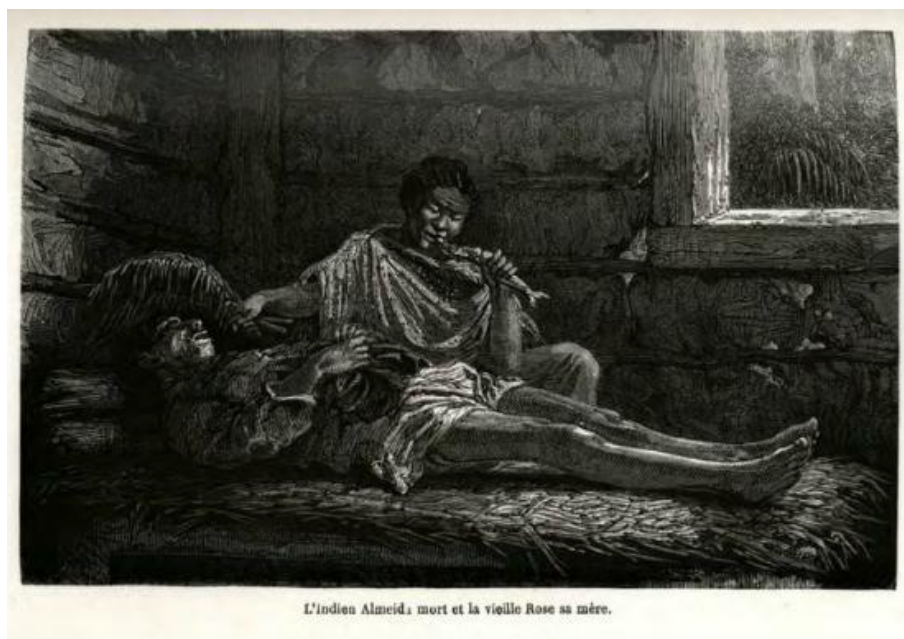


Figura 1 - Gravura sobre madeira presente na primeira edição da obra *Deux Années au Brésil*, de 1862.

Ao enxergar as mulheres a partir dos modos de intervenção coletiva, manifestados na qualidade de mães, donas de casas ou cozinheiras, os viajantes se encaixam, de maneira geral, no contexto dos discursos e imagens que representam mulheres. Por meio dessa constatação a respeito dos discursos sobre a mulher, Michelle Perrot¹¹⁶ destaca que “(...) quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo (...)”.

O inesperado comportamento social das mulheres e suas práticas cotidianas narradas pelos visitantes europeus induzem questões relativas aos espaços de atuação feminina. Os viajantes estrangeiros cederam informações importantes sobre esse aspecto da vida social de Santa Cruz, entretanto, somente os relatos não são suficientes para um aprofundamento no que se refere à vida cotidiana das mulheres, dos homens e das unidades domésticas, pois são quase inexistentes estudos baseados nesses relatos que retratam a atuação das pessoas nos espaços público e privado.

Por isso, cabe investigar, por exemplo, como agiam as mulheres diante das necessidades diárias, do sustento de suas famílias, quando da viuvez, do

¹¹⁶ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 21.

abandono ou da escolha de viverem sozinhas. Os estudos do Maço de População, do ano de 1843, compilado pelo vigário de Aldêa Velha, mostra que a composição de quadros com essas informações contribuem para o entendimento de como viviam as mulheres nessa localidade e, acima de tudo, como era a vida desses não ilustres habitantes e como proviam a sobrevivência própria e da família.

3. DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES EM ALDÊA VELHA

3.1. A contagem de população de Aldêa Velha de 1843

Entre as principais críticas feitas às generalizações nos estudos históricos, destaca-se a de que elas seriam insuficientes para atender a uma territorialidade extensa. Ou seja, os modelos explicativos não conseguiriam ilustrar as variações nas estruturas sociais em função do tempo, do espaço e dos grupos sociais.

Acerca dos estudos sobre os *domínios* da História da Família e das Mulheres, o uso de generalizações impede um tratamento mais assíduo aos objetos, favorecendo lacunas e preconceitos.

Mariza Corrêa¹¹⁷ destaca que, no caso da História da Família brasileira, não há possibilidade de sequer imaginar um panorama mais rico e diverso do que aqueles apresentados a partir de uma leitura dos textos clássicos da primeira metade do século XX, tais como Gilberto Freyre e Antonio Candido. Portanto, a homogeneização das perspectivas a apenas uma organização estrutural achatou as diferenças, comprimindo-as até caberem em um único molde.

A influência de novos aportes metodológicos, apontada no primeiro capítulo desta dissertação, foi fundamental para a tomada de consciência diante de uma História da Família reducionista, que não vislumbrava a diversidade e a flexibilidade dos modelos na extensão territorial brasileira.

A evidente existência conjunta de vários modelos de família na História brasileira chama a atenção de Maria Beatriz Nader, quando afirma que há necessidade de verificação dos tipos de família existentes em diferentes

¹¹⁷ CORRÊA, 1993.

regiões e temporalidades. Na obra *Mulher: do destino biológico ao destino social*, Nader¹¹⁸ observa que

não há uma única história da família, um único modelo, mas sim uma verdadeira diversidade de formas domiciliares que variam, não só ao longo da História, mas em pontos imprecisos do tempo.

Uma das formas de se entender esse universo complexo e plural dos modelos de famílias no Brasil seria ampliar as investigações para regiões ainda não pesquisadas. Eni de Mesquita Samara aponta que trabalhos de perspectiva monográfica contemporâneos à sua obra *As mulheres, o Poder e a Família*¹¹⁹ verificaram, mesmo no século XVIII, que existiam estruturas familiares simplificadas. Dessa forma, cabe exaltar a necessidade dos estudos de caráter monográficos em diferentes localidades, a fim de contribuir com o entendimento da pluralidade no *domínio* da História da Família brasileira.

Apesar de a maior parte dos estudos sobre família, sob os olhares das novas perspectivas históricas, abordar o tema a partir da *dimensão* demográfica, as possibilidades concedidas pelo diálogo entre esses campos de trabalho da História ainda são inovadoras. Samara¹²⁰ destaca que “há ainda muito o que pesquisar, pois a família varia não somente de uma sociedade para outra, mas também de uma classe para outra, em uma mesma sociedade”.

Tomou-se como fonte o *Mappa da Populasam da Freguezia de Nossa Senr.A da Penha de Aldêa Velha; Pertencente ao anno de 1843*, para conhecer mais de perto como se constituíam as famílias de Aldêa Velha, em 1843, e como vivia a sua população no cotidiano, com ênfase nas famílias gerenciadas por mulheres. O documento constitui-se por um mapa nominal, em que todos os habitantes da freguesia de Nossa Senhora da Penha de Aldêa Velha foram contabilizados, pelo vigário local, Manoel Antonio dos Santos, a partir das informações cedidas pelos inspetores de quarteirão. A solicitação para construção deste documento foi feita por uma portaria, a mando do Presidente de Província, Venceslão de Oliveira Bello, no dia 20 de fevereiro do ano de 1843. O objetivo primário da contagem seria oferecer ao chefe do poder

¹¹⁸ NADER, 1997, p. 45.

¹¹⁹ SAMARA, 1989.

¹²⁰ SAMARA, 1989, p. 9.

executivo local fundamentação para seu relatório destinado a Assembleia Provincial.¹²¹

O vigário Manoel Antonio se apressou a responder à solicitação presidencial, alegando que não seria possível compor a contagem de população por falta de tempo hábil e, principalmente, pela ineficácia dos inspetores de quarteirão em realizar a tarefa. No ofício encaminhado à presidência, no dia 18 de março do ano de 1843, o vigário aproveita para repassar as demandas da igreja local, que eram desde verbas para conclusão de obras na própria capela até um novo muro para o cemitério da vila.¹²²

Contudo, mesmo alegando dificuldades em realizar tal tarefa, no segundo dia do mês de maio do mesmo ano, o responsável pela contagem conseguiu organizar e encaminhar à presidência provincial um documento contendo 40 folhas e totalizando 80 páginas manuscritas. As informações foram apresentadas em forma de tabelas, e as colunas informavam o nome, a idade, o parentesco, o grupo étnico, a naturalidade, o estado civil, a profissão e, em alguns casos, há também observações sobre os 1.994 habitantes de Aldêa Velha.

O documento, escrito em pouco mais de 60 dias, de março a maio de 1843, apresenta os habitantes divididos em 553 fogos¹²³. Por sua vez, contabilizando 17 ofícios distintos, desde a agricultura ao comércio, passando por serviços como o da alfaiataria, da ferraria e da olaria. Etnicamente, essa população era dividida entre brancos, pretos, índios, cabras (miscigenação entre “mulato” e “preto”), cariboca (miscigenação entre “preto” e “índio”), mamelucos (miscigenação entre “branco” e “índio”), mestiços e pardos (designações genéricas para indivíduos de que não se conheciam as matrizes étnicas).

A disposição geográfica dos residentes, na extensão da localidade, identifica-se pelos quarteirões e demais localidades próximas. Contudo, não consta no

¹²¹ Disponível em:

<http://www.ape.es.gov.br/censos_capixabas/aldea_velha_1843/L02/index.html> Acesso em: 21 fev. 2014.

¹²² Disponível em:

<http://www.ape.es.gov.br/censos_capixabas/aldea_velha_1843/L03/index.html> Acesso em: 21 fev. 2014.

¹²³ Fogo é a terminologia encontrada nas Listas Nominais do século XIX e designa o domicílio.

manuscrito original a nomenclatura “quarteirão”, que foi inserida pela leitura paleográfica para melhor compreensão da fonte. Quanto às demais localidades, verifica-se que estavam identificadas pelo autor no documento original. No total, contam-se quatro quarteirões e quatro outras localidades próximas, sendo elas “Calheira Velha”, “Estr.o grde”, “Piraquê Mirim” e “Sahý”.

Apesar da falta de precisão sobre a localização de cada nomenclatura, presume-se que o primeiro quarteirão seja o quadrante central da Vila, pois ali fica localizada a maior parte dos prestadores de serviço e negociantes da região. Tal assertiva se baseia no fato de ser neste quarteirão onde se localiza a residência do vigário, autor do documento, e o qual possui o número mais diverso de naturalidades, sendo 17 distintas, o que indica se tratar de um local de movimentação de pessoas, serviços e produtos. Infere-se também que os subsequentes quarteirões sejam compostos de domicílios próximos ao primeiro quarteirão. Já as quatro outras localidades seriam vilarejos mais afastados do centro da freguesia.

O acesso ao documento foi possibilitado pelo projeto *Censos Populacionais do Século XIX no Espírito Santo*, criado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). O objetivo do projeto é divulgar e oferecer acesso a documentos de caráter demográfico a partir do *site* do APEES. Os originais são apresentados em fac-símile¹²⁴, além de possuírem transcrições paleográficas que facilitam o manejo documental a partir dos recursos da informática.¹²⁵

A relação dos historiadores com as possibilidades e recursos da informática é objeto de reflexão do fazer historiográfico, sobretudo a partir da constatação de que

as novas máquinas e tecnologias provam enorme agilidade em realizar ações que ontem despendiam enorme esforço. As trocas se intensificam, programas circulam e a generosidade ficou menos trabalhosa. Dados de arquivos podem ser oferecidos de

¹²⁴ O termo significa reprodução exata de uma escrita ou de uma estampa; cópia; imitação. FAC-SÍMILE. In: **Larousse dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004. p. 330.

¹²⁵ Para mais informações sobre o Projeto acessar o site do APEES: <<http://www.ape.es.gov.br>>.

maneira mais livre, bibliografias podem ser trocadas, textos inteiros remetidos pelas redes de informação, arquivos consultados, conferências eletrônicas organizadas.¹²⁶

Além das questões técnicas, acredita-se que a integração da História com a informática e a internet pode mudar as formas de argumentação históricas. Para Roger Chartier¹²⁷, as funcionalidades do mundo digital proporcionam ao historiador

desenvolver demonstrações segundo uma lógica que já não é necessariamente linear ou dedutiva, como é a que impõe a inscrição, seja qual for a técnica, de um texto em uma página. Permite uma articulação aberta, fragmentada, relacional do raciocínio, tornada possível pela multiplicação das ligações hipertextuais.

O autor propõe que, a partir de então, o leitor das obras dos historiadores assuma o papel de “validação ou a rejeição de um argumento”, pois ele pode consultar os objetos de estudo (textos, imagens e outros) que estão disponíveis em formato digital. Dessa forma, caso o leitor queira, poderia refazer o caminho da pesquisa e tecer críticas e contribuições aos trabalhos.¹²⁸

Partindo então de uma documentação de caráter demográfico, generosamente oferecida pelo APEES, dar-se-á início a uma discussão a respeito das famílias da pequena freguesia de Nossa Senhora de Aldêa Velha. Após algumas reflexões acerca dos domicílios de forma geral, a atenção será dada justamente àqueles chefiados por mulheres. O interesse é ocupar lacunas e proporcionar o entendimento da diversidade e pluralidade das famílias encabeçadas por mulheres na região.

3.2. A composição populacional dos domicílios de Aldêa Velha

Segundo informações contidas no *Mappa da Populasam da Freguezia de Nossa Senr.A da Penha de Aldêa Velha; Pertencente ao anno de 1843*, habitavam a Freguesia 1.994 pessoas, e estas se dividiam em 553 domicílios.

¹²⁶ FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, C; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 617-618.

¹²⁷ CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 59-60.

¹²⁸ CHARTIER, 2009.

Era uma população que se originava de 21 locais situados em Portugal e no Brasil, sendo que, deste último, vieram pessoas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e de outras localidades do Espírito Santo. Observou-se também a presença, no documento, de indivíduos provenientes da África, mais precisamente de Angola.

Chama atenção o fato de, naquele ano de 1843, não haver na Freguesia de Aldêa Velha, a presença de nenhum indivíduo de nação que falasse alguma língua não portuguesa, pois foi comum, no final do século XIX e durante o século XX, a entrada de estrangeiros, pela região litorânea, ao interior do Espírito Santo. Entretanto, até a data da contagem, não havia registro de sequer um imigrante estrangeiro.

Na exposição dos habitantes de Aldêa Velha, o maço de população observado mostra que a população habitava 553 domicílios e que estes eram muito pequenos. Mensurando-se a média de pessoas por domicílios, obtém-se a razão de 3,6 indivíduos, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – População de Aldêa Velha em 1843

Total de domicílios	Total de habitantes	Média de pessoas por domicílio
553	1994	3,6

Os indivíduos ali residentes labutavam entre 17 profissões distintas. Dessas, tem-se que a maior parte é pertencente ao que se chama hoje em dia de “setor primário da economia”, dedicando-se à agricultura e à pesca. O restante da população destinava-se à prestação de serviços e ao pequeno comércio que ali se estabelecia. Parteiras e lavadeiras de roupas dividiam espaço com ferreiros, oleiros, sapateiros, costureiras, alfaiates, carpinteiros, embarcadiços e comerciantes. Vale ressaltar a presença de escravos acompanhando seus amos em diversas das profissões citadas.

O grupo étnico predominante de Aldêa Velha era o dos índios, que contabilizavam 1.464 indivíduos, o que equivale a 73,4% da composição dos

habitantes. Os brancos somavam 214 pessoas, isto é, 10,7% do todo, enquanto os 118 pretos consistiam em 5,9% do total dos indivíduos. Os 198 habitantes restantes, correspondentes a 9,9%, pertenciam a grupos miscigenados. Cabe a ressalva de que eram os inspetores de quarteirão os recenseadores responsáveis pela categorização étnica da população. Os procedimentos metodológicos das contagens ainda não respeitavam uma padronização, ou seja, não obedeciam a critérios bem definidos, podendo haver variações nos procedimentos censitários.

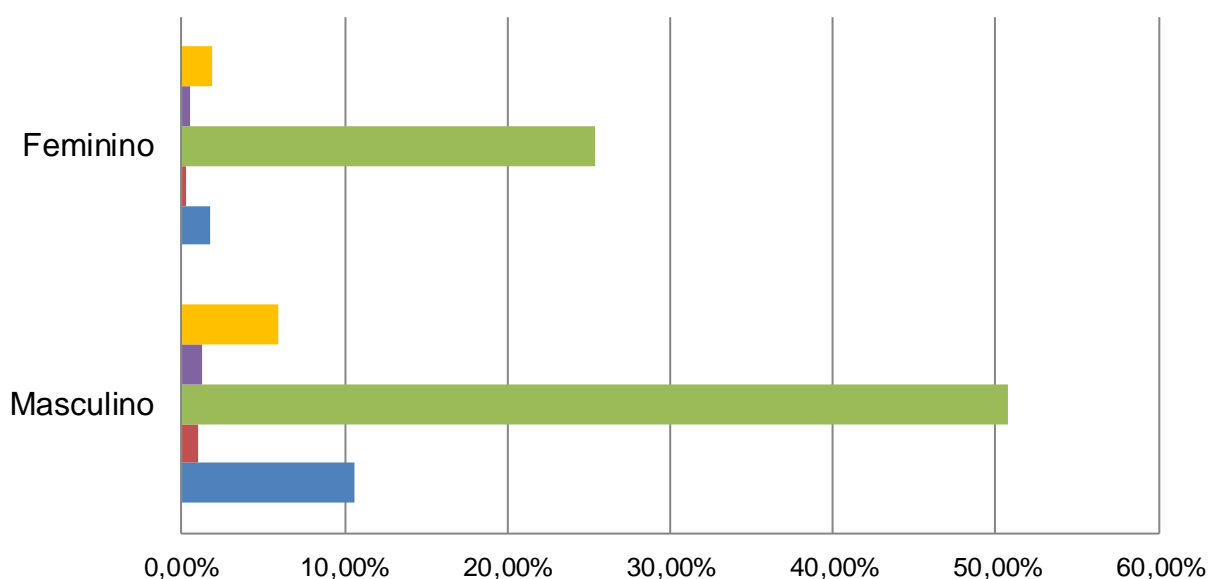
Em uma comunidade onde a esmagadora maioria pertence ao grupo étnico indígena é de se esperar que a influência cultural desse grupo predomine na região. Sabendo que essa população era composta predominantemente por indígenas *civilizados*, ressaltando que a expressão possui forte caráter eurocêntrico, acredita-se que hábitos cotidianos, como a ingestão da mandioca e do milho e outros comportamentos coletivos, sigam uma forte influência da cultura autóctone sobre as demais que compunham Aldêa Velha.

Não é o objeto desta pesquisa delimitar todas as influências indígenas na formação das famílias e domicílios, mas cabe inferir que, devido ao número expressivo de indígenas em Aldêa Velha, a influência desse grupo se revelava em diversas facetas sociais, pois, no âmbito da distribuição étnica, mesmo havendo uma relativa variação, mantém-se a predominância indígena.

Tal inferência comprova-se quando observada a quantidade de fogos com chefia indígena, que totalizavam 422, somando 76,2% do total. Contudo, o grupo majoritário seguinte era o da chefia branca, que representava 12,4% dos fogos, seguidos pela parda, com 7,8%, a chefia negra, com 1,7%, e, por fim, a chefia cariboca, com 1,3% do total (Gráfico 1)¹²⁹.

¹²⁹ Cabe relatar, que não havia, em Aldêa Velha, chefia com os grupos étnicos mameluco, cabra ou mestiça.

**Gráfico 1 - Cor dos chefes de domicílios por sexo
Aldêa Velha: 1843**



	Masculino	Feminino
■ Pardo	5,90%	1,90%
■ Negro	1,20%	0,50%
■ Índio	51%	25,40%
■ Cariboca	1,00%	0,30%
■ Branco	10,60%	1,80%

Do total de chefias de Aldêa Velha, separando as chefias indígenas pelo critério sexual, observa-se que 50,8% das chefias eram masculinas, enquanto 25,4% do total eram femininas. Já as lideranças brancas, dividiam-se em 10,6% masculinas e 1,8% femininas. Os fogos encabeçados pelos homens negros somavam 1,2%, enquanto as mulheres negras lideravam 0,5% de todos os domicílios. Os caribocas conduziam o menor número de domicílios, sendo 1,0% masculinos e 0,3% femininos.

Chama atenção o percentual alto de chefia por parte das índias, que representavam mais de um quarto de todos os domicílios. As características desses domicílios e suas composições serão discutidas de forma profunda mais adiante. De antemão, pode-se dispor que, em Aldêa Velha, estruturava-se uma comunidade em que a presença da mulher, principalmente indígena, era grande. Cogita-se, ainda, que os homens dividiam, em certa medida, os

espaços sociais com as lideranças femininas, mostrando facetas da pluralidade da composição social local.

Em relação à naturalidade dos chefes de domicílios, entre homens e mulheres, verifica-se que a grande maioria é nativa da própria região de Aldêa Velha. Entretanto, existem chefes naturais de outras 19 localidades, como pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2 - Naturalidade dos Chefes de Domicílio em Aldêa Velha em 1843

Localidade	Total
Aldêa Velha	412
Almeida	19
Angola	2
Benevente	2
Cabo Frio	2
Campos	5
Caravelas	2
Guarapari	2
Itapemirim	1
Linhares	2
Lisboa	3
Nova Almeida	1
Paraíba	1
Porto	8
Portugal	2
Rio de Janeiro	3
São Mateus	4
São Sebastião	1
Serra	35
Vitória	46
Total	553

Tem-se que, de Vitória, são oriundos 46 indivíduos, de Serra, 35, e de Almeida, 19. Outros 12 são de regiões diversas do Espírito Santo. Além de outros com origem do Rio de Janeiro (11), da Bahia (2) e da Paraíba (1). Os estrangeiros chefes de domicílios são de Angola (2) e de Portugal (13). Com essas informações, observa-se que a grande maioria dos chefes de Aldêa Velha era nativa da própria localidade ou oriunda de regiões próximas a ela, ou seja, quase todos naturais do Espírito Santo. Contudo, um total de 29 domicílios era chefiado por forasteiros, que representavam 5,2% das chefias de Aldêa Velha, comprovando que a região recebera um número diminuto de migrantes até o ano de 1843.

Em relação ao estado conjugal dos chefes de domicílio, averigua-se que são predominantes as pessoas relacionadas como casadas (Tabela 3). Como se pode observar, a população casada totalizava 326 indivíduos, enquanto 110 são chefes solteiros e 116 viúvos. Em uma primeira observação, a atenção é invocada para um número maior de viúvos e de solteiros, pois um número significativo de lares era liderado por apenas um indivíduo.

Tabela 3 - Chefes de Domicílio pelo Estado Conjugal: Sexo e Faixa Etária. Aldêa Velha, 1843

Faixa etária	Sexo feminino			Sexo masculino		
	Solteira	Casada	Viúva	Solteiro	Casado	Viúvo
10-19 anos	2	0	0	0	6	0
20-29 anos	22	1	6	14	96	1
30-39 anos	32	2	21	9	101	6
40-49 anos	9	4	28	8	59	11
50-59 anos	3	1	16	4	36	7
60 +	4	1	15	3	19	5
TOTAL:	72	9	86	38	317	30

Se forem comparados os números da viuvez, entre homens e mulheres, constata-se que as viúvas representam um número quase três vezes maior do que os viúvos. São 86 mulheres viúvas chefes de fogos e apenas 30 chefes viúvos. As razões para essa disparidade passam por fatores como a maior presença masculina nos espaços públicos e, conseqüentemente, um maior envolvimento desses com ocasiões de violência, tais quais brigas e desentendimentos, além do recrutamento militar, que também fazia parte do cotidiano daquela época. Para mais, no século XIX, averigua-se que as mulheres se casavam oito ou dez anos mais novas que os homens, e essa dissimetria entre as idades dos cônjuges favorecia a sobrevivência das esposas ao falecimento dos maridos.

O largo número de viúvas entre as chefas também indica que, em Aldêa Velha, as mulheres se tornavam lideranças de domicílio principalmente em razão do falecimento de seus cônjuges. Ao comparar com outras regiões do Brasil, verifica-se uma diferença nessa tendência, haja vista que as solteiras representavam um número mais expressivo na maior parte do país.¹³⁰ Isso demonstra como, em Aldêa Velha, existem configurações díspares das demais regiões brasileiras já pesquisadas, revelando ainda a importância de se examinarem as particularidades de cada localidade, fugindo das generalizações.

Os homens viúvos e solteiros representavam a soma de 17,6% do total de chefes masculinos, revelando que a grande maioria dos homens optava pelo matrimônio e por construir um núcleo familiar. Por outro lado, o número expressivo de casados pode ser explicado devido às demandas existentes em um contexto de base econômica rural. Segundo Paulo Eduardo Teixeira¹³¹, nas

¹³⁰ Segundo Paulo Eduardo Teixeira, em Campinas, as viúvas também representavam um número maior que as solteiras chefes de domicílios, contudo, segundo o autor, as avaliações colhidas por Eni de Mesquita Samara revelam que as solteiras predominavam no restante do país. Sobre o assunto ver SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do Século XIX**. História, São Paulo, v12, 1993.

¹³¹ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Açúcar, escravidão e chefes de domicílios: Campinas, 1765 a 1829. Trabalho apresentado na Sessão 73 – African slavery in the Americas: the Brazilian experience, do XIII Congresso Internacional de História Econômica – IEHA, Buenos Aires, 22 a 26 de julho de 2002. p. 18. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/ieha-2002.pdf> Acesso em: 13 dez. 2013.

“exigências do ritmo de vida vinculado ao cultivo da terra, havia a necessidade da formação de mutirões e, neste caso, pelo menos a presença da família – mulher e filhos - era fundamental”.

Por sua vez, nos domicílios chefiados por mulheres, as casadas constituíam a minoria e se dividiam em dois grupos, as com marido ausente e as com marido escravo. O primeiro caso representava 44,4% das mulheres casadas chefes de fogos. Os motivos para a ausência do cônjuge não são descritos na fonte, mas pode-se cogitar que esses indivíduos partiam da vila ou para cumprir deveres militares ou à procura de trabalho e relações comerciais.

É interessante avaliar que o número absoluto de mulheres ausentes é superior ao de homens ausentes e, para Eduardo Teixeira¹³², tratando-se do século XIX,

O abandono da casa podia ser um recurso usado tanto por homens quanto por mulheres, entretanto, parece que no caso delas isso estava associado aos maus tratos e espancamentos sofridos no lar; não obstante, se a ausência fosse justificada por motivos dignos ou não, o resultado demonstra que as maiores prejudicadas eram as mulheres, pois em muitos casos elas não estavam sozinhas, e sua vida tornava-se mais penosa com a criação dos filhos, quando pequenos.

Nessa conjuntura, eram sete as mulheres ausentes em Aldêa Velha. Dois dos cônjuges eram estrangeiros e outros cinco oriundos da própria vila e de Vitória. Apesar de não representarem um valor numérico expressivo, diante do total, a ausência do cônjuge interessa, pois, como destacou o autor, criava prejuízos mais diretamente às mulheres que arcavam com a responsabilidade de manutenção da prole.

O segundo caso, entre as mulheres casadas chefes de domicílios, eram das que tinham matrimônio com escravos. Essas representavam 46,6% das chefes casadas, ou seja, um número maior que o das com marido ausente. O casamento de escravos estava previsto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que, desde o século XVIII, guiava os eclesiásticos brasileiros.

Adriana Pereira Campos¹³³ observa que, no Brasil, “como o matrimônio constituía-se em responsabilidade da Igreja Católica, escravos e livres uniam-

¹³² TEIXEIRA, 2002, p. 19.

se de igual modo, oficializando-se, muitas vezes, os registros nos mesmos livros”. No caso de Aldêa Velha, todos os chefes de domicílios casados com escravos e escravas eram de origem indígena, o que proporciona uma prole livre e miscigenada.

É intrigante verificar que as esposas e maridos escravizados eram registrados como pertencentes ao domicílio de seus senhores e não ao de seus cônjuges e, por conta disso, esta pesquisa os considera parte dos fogos dos senhores.

Ainda se tratando do estado conjugal dos chefes de domicílios, tem-se que os 110 solteiros dividiam-se entre 38 homens e 72 mulheres. A disparidade entre os números demonstra que o não casamento era mais frequente para o sexo feminino. A representação do grupo de solteiras, então, ordena-se com 43,1% diante das chefias femininas e 13% em referência ao total de domicílios. Uma análise mais específica sobre o grupo das mulheres solteiras que lideravam fogos, em Aldêa Velha, será apresentada e discutida mais adiante.

No que se refere à localização dos fogos com chefias solteiras, pondera-se que 29 dos 110 domicílios localizavam-se no primeiro quarteirão, 19 no segundo quarteirão, 8 no terceiro, 18 no quarto, 10 em Calheira Velha, 15 em Estr.o Grnd, 4 em Piraquê Mirim e 7 em Sahý. Esses números apontam que a maior parte dos solteiros morava próximo a parte central da vila, e isso ocorre devido às facilidades ofertadas, como a segurança e os serviços oferecidos, que um ambiente, mesmo diminutamente urbanizado, pode proporcionar.

A respeito da breve urbanização da região, as profissões dos chefes podem ajudar a perceber o quanto era minguido o processo urbano ali. Das 553 lideranças, 499 estavam ligadas às atividades agrícolas e apenas 54 às atividades que prestavam serviços ou estavam ligadas ao comércio. A partir dessas informações, fica claro que a vocação regional voltava-se ao trabalho nas lavouras.

¹³³ CAMPOS, A. P. *Ad Benedictionem*: casamento de escravos no Brasil e nos Estados Unidos. In: CARVALHO, J.M.; NEVES, L.M.B.P. (Orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 408.

Após discorrer sobre as características das chefias de fogos, importa, neste momento, entender como eram compostos os domicílios dessas lideranças. Para a empreitada de estudar as estruturas dos domicílios em Aldêa Velha, utilizou-se o modelo de categorias e classes usado por Samara, na obra *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*, de 1989. A escolha desta tipificação favorece a análise e a compreensão da diversidade e da pluralidade dos modelos e estruturas de domicílios na temporalidade trabalhada (Quadro 1).¹³⁴

Quadro 1 – Estrutura das Famílias e Domicílios: Categorias e Classes	
Categorias	Classes
1) Singulares	1) Indivíduo só
2) Desconexas	2a) Indivíduo com escravos, agregados e outros ou composições várias com esses elementos
	2b) Casal (idem)
	2c) Fogos com chefe definido mas ausente (idem)
3) Nucleares	3a) Casal
	3b) Casal com filhos e netos ou composições várias com esses elementos
	3c) Indivíduo (idem)
4) Extensas	4) Idem 3a, 3b e 3c mais parentes
5) Aumentadas	5a) Indivíduo (com filhos, netos ou parentes) mais agregados, escravos e outros ou composições várias com esses elementos, desde que incluíssem parte das primeiras categorias e uma ou mais das últimas
	5b) Casal (idem)
6) Fraternos	6a) Domicílios sem chefe com vários elementos parentes ou não
	6b) Idem mais escravos e agregados ou qualquer uma dessas categorias

Das seis categorias utilizadas por Samara, entende-se por domicílios Singulares aqueles compostos por apenas um indivíduo. Os Nucleares são arranjados por casais ou indivíduos com ou sem filhos e netos. O tipo Extenso

¹³⁴ O quadro 1 foi reproduzido de SAMARA, 1989, p. 27.

equivaleria ao Nuclear acrescido de outros parentes. O Aumentado seria o Nuclear acrescentado de escravos, parentes ou quaisquer outros tipos de agregados. O tipo Desconexo é caracterizado pelos mesmos componentes do Aumentado, excetuando a prole do casal/indivíduo. Por fim, o Fraterno caracteriza-se por um domicílio sem chefe definido, mas composto por parentes seguidos ou não de agregados e escravos.

Ao avaliar os domicílios de Aldêa Velha, segundo a categorização proposta, foi possível deslindar com minúcia as composições dos fogos locais. À primeira vista, destaca-se o número avantajado de domicílios de tipo Nuclear, o que revela a tendência prevaiente dos chamados domicílios Simples.

A terminologia “Simples” é correspondente aos domicílios formados por casais ou indivíduo, homem ou mulher, solteiro ou viúvo, com filhos. Esta conceituação está vinculada ao quadro teórico de Iraci Del Nero da Costa¹³⁵, que, comparando oito localidades mineiras do início do século XIX percebeu o predomínio dos “domicílios Simples”, os quais correspondem justamente à tipificação Nuclear instituída por Samara.¹³⁶

Cabe salientar que a tendência de predomínio de domicílios Simples foi atestada na cidade de São Paulo, bem como em distintas localidades de Minas Gerais. Samara¹³⁷ cogita que “esse panorama se repete para outras áreas”, e isso se comprova em Aldêa Velha no ano de 1843, haja vista que os domicílios entendidos por Simples compunham 71,2% do total (Tabela 4).

¹³⁵ COSTA, Iraci Del Nero. **Minas Gerais**: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

¹³⁶ SAMARA, 1989.

¹³⁷ SAMARA, 2004, p. 82.

Tabela 4 - Tipos de Domicílio. Aldêa Velha, 1843

Tipos de Domicílio	Número Absoluto	Número Relativo
Singular	81	14,6%
Desconexo	44	7,9%
Nuclear	394	71,2%
Extenso	2	0,3%
Aumentado	28	5,0%
Fraterno	4	0,7%
TOTAL:	553	100%

Outro dado que chama atenção é o que diz respeito aos modelos de domicílios em Aldêa Velha, pois 14,6% dos domicílios eram Singulares. Isso significa que a segunda tipificação mais relevante era justamente a de residências solitárias, isto é, indivíduos que arcavam com todo trabalho necessário à sobrevivência no ambiente. A representatividade desse grupo induz a curiosidade a respeito das características e dos motivos para tantos domicílios serem compostos por apenas uma pessoa.

Dos 81 domicílios singulares, 39 eram compostos por pessoas viúvas, 9 possuíam o cônjuge ausente e 2 tinham os cônjuges escravizados, o que, neste último, fazia com que o registro dessa pessoa ficasse vinculado à outro domicílio. A explicação para a inclusão desses 50 habitantes na tipologia Singular se deve, então, a conjunturas de vida como a viuvez, o abandono ou mesmo o casamento com uma pessoa ligada, pela escravidão, a outro domicílio.

É difícil se definir o motivo da solidão dos 31 restantes. Sabe-se que esse grupo era formado por 17 homens e 14 mulheres, com idade variada entre 20 e 80 anos, naturais de 10 localidades distintas (inclusive de Lisboa, Porto e Angola) e trabalhavam em 8 diferentes atividades. Após a averiguação dessas informações, conclui-se que formavam um grupo muito plural e diversificado, podendo haver um motivo diferente para cada uma dessas pessoas seguirem a vida em um domicílio Singular.

O terceiro grupo mais significativo era o de domicílios Desconexos (7,9%), seguido pelo Aumentado (5%), o Fraternal (0,7%) e, por fim, o Extenso (com 0,3% do total). Parte da historiografia tradicional credita justamente ao tipo Extenso a maior parcela dos domicílios no Brasil até o século XIX. No entanto, como se averigua, em Aldêa Velha, esse era o grupo mais diminuto. A explicação para isso pode estar contida nas palavras de Prado¹³⁸, quando observa que

Para uma família patriarcal extensa subsistir era necessário que possuísse um patrimônio e este não era o caso da grande maioria da população, em sociedades onde as desigualdades sociais eram flagrantes, e onde ainda a maioria de pessoas só podia contar com sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência.

A não predominância dos domicílios de tipo Extenso não é uma característica exclusiva de Aldêa Velha, pelo contrário, como foi tratado anteriormente, tem-se apurado, por distintas localidades, a prevalência dos domicílios mais simples. Essa constatação impulsiona a compreensão de como é ineficaz “se utilizar um conceito genérico como adequado para representar a sociedade brasileira como um todo”, afirma Samara.¹³⁹

Ainda se tratando da diversidade, no que diz respeito à composição dos tipos domiciliares, outro aspecto que não pode passar despercebido diante das análises dos fogos de Aldêa Velha é a estruturação dos domicílios por chefes. Ao avaliar os chefes de domicílio da localidade, percebeu-se que 30,9% de todos os domicílios são chefiados por mulheres.

Apesar de parecer, ao senso comum, que o fenômeno de mulheres chefiando domicílios seja recente, as avaliações históricas demonstram que isso é incorreto. Cita-se, como exemplo, a cidade de Vila Rica, em Minas Gerais, na qual, no ano de 1804, foi observado que 45% dos fogos tinham chefia feminina. Também a cidade de Fortaleza, no Ceará, no ano de 1887, foram identificados 29,8% dos domicílios chefiados por mulheres e, em São Paulo, no ano de 1836, contabilizavam-se 35,8% de chefias femininas.¹⁴⁰ Esses números revelam que o fenômeno de encabeçamento de domicílios por parte das

¹³⁸ PRADO, 1985, p. 70.

¹³⁹ SAMARA, 2004, p. 18.

¹⁴⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. **As ideias e os números do gênero**: Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

mulheres era comum e passível de verificação em distintas localidades brasileiras.

Tabela 5 - Chefes de Domicílio por sexo. Aldêa Velha, 1843

Sexo	Número	%
Feminino	167	30,19
Masculino	386	69,80
TOTAL:	553	100,00

Aldêa Velha acompanha a tendência das demais localidades citadas, quando se observa que o documento reforça que 167 fogos, de um total de 553, eram chefiados por mulheres, no ano de 1843, como demonstrado na Tabela 5. A percepção da relevância dos fogos chefiados por mulheres traz questões novas para reflexão, entre elas, o potencial de participação das mulheres nas relações sociais, políticas e econômicas das povoações.

Para Samara, a averiguação de que, em distintas localidades, as mulheres representavam números relevantes de chefias de domicílios contribui para a desconstrução da “ideia estereotipada que atribui à mulher papéis menores e submissos, além de comprovar que tal fato não se restringe a uma região específica, ou a um determinado modelo econômico”¹⁴¹.

Uma certeza diante dos fogos chefiados por mulheres é a de que eles não obedecem a padrões estabelecidos previamente. A título de exemplo, enquanto em São Paulo, as mulheres brancas lideram os números de chefias, em Minas Gerais, são as mulatas.

Cabe saber, para composição de um quadro nacional plural, quais seriam as características dos domicílios chefiados por mulheres no Espírito Santo. Discutir essa questão, em Aldêa Velha, consiste um passo importante, haja

¹⁴¹ SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de famílias no Brasil: séculos XIX e XX. In: PRÉ-CONGRESSO DO XIII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). 2002, Ouro Preto (MG). p. 8. **Paper...** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Eni_Samara_Apresentação_Pre_Congresso.pdf> Acesso em: 13 dez. 2013.

vista a escassez de fontes e pesquisas que delimitam particularidades dessas questões no território capixaba.

3.3. As características dos domicílios chefiados por mulheres em Aldêa Velha

Com o propósito de compor as características dos domicílios chefiados por mulheres em Aldêa Velha, o trabalho de pesquisa procurou estreitar as investigações, atendendo, assim, às prerrogativas do método monográfico de análise. Fazendo uso desse método, é possível delimitar o estudo de forma mais profunda, a fim de que a averiguação de um caso específico possa contribuir ou ser representativa para as demais pesquisas da área.

A atenção será dada, então, aos domicílios com lideranças femininas, na localidade estudada, propondo-se a revelar os modos de configuração e suas particularidades. Diante do assunto, questões variadas são impostas e vão definindo as características desses domicílios. A primeira demanda que se coloca vem tratar o assunto em pontos mais abrangentes, como distinguir a relevância desses domicílios e quantos são os habitantes de Aldêa Velha ligados às chefias femininas. Para entender tal demanda, observa-se que, ao se analisar a comparação entre a média de pessoas por domicílio de toda a vila com a média específica dos fogos encabeçados por mulheres, percebe-se que os domicílios femininos possuíam uma média inferior à total, conforme se observa na Tabela 6.

Tabela 6 – Média de pessoas por domicílio chefiado por mulher, por localidade. Aldêa Velha, 1843

Localidade	Total de domicílios	Total de habitantes	Média de pessoas por domicílio
Primeiro Quarteirão	32	78	2,43
Segundo Quarteirão	37	95	2,56
Terceiro Quarteirão	8	26	3,25
Quarto Quarteirão	23	56	2,43
Sahy	12	24	2
Piraquê Mirim	14	33	2,35
Estr.o Grde	27	60	2,22
Calheira Velha	14	31	2,21
Total	167	403	2,41

Como se pode observar, chega-se ao número de 2,41 habitantes por domicílios com chefes mulheres, enquanto a média de Aldêa Velha era de 3,6. Isso significa que as mulheres lideravam um número médio menor de pessoas que o comum na região.

Além disso, se for levado em conta o número de habitantes sob a tutela feminina, apreende-se, também, que era inferior aos ligados à tutela masculina. Ao todo, somam-se 403 habitantes sob a égide feminina, o que representa 20,1% do total. E os outros 1.591, que representam 79,9%, estavam sob a proteção masculina. Contudo, calculando que as chefias de mulheres representavam 30,1% dos domicílios, mesmo esse número sendo inferior ao masculino, revela-se que elas lideravam mais de um quarto da população local.

Ao examinar a média de pessoas por fogos femininos e por localidade de Aldêa Velha, averigua-se que a média ultrapassou a barreira dos dois pontos apenas no Terceiro Quarteirão, que, curiosamente, possui o menor número de chefias femininas de toda vila. A explicação para a média de 3,25 habitantes por domicílio feminino gira em torno do fato de o Terceiro Quarteirão possuir apenas um domicílio Singular entre as chefas. Ou seja, os outros sete eram

compostos por tipologias com mais componentes, o que elevou a média do local.

Apesar da terceira média mais baixa, os números da localidade de “Estr.o Grde” também chamam a vista, pois totalizam 27 fogos chefiados por mulheres de um total de 84 domicílios. Constatase, assim, que a região possuía uma porcentagem relevante de chefaturas femininas.

Enfim, se o número médio de pessoas por domicílio feminino era inferior ao masculino, que na localidade era de 4,1, além dos significados expostos acima, também induz a cogitar se, por conta dessa média menor, as mulheres viveriam mais sozinhas em seus domicílios. Enquanto 51 mulheres lideravam fogos Singulares, eram apenas 30 homens chefiando domicílios desse tipo na região. Ou seja, mesmo o número total de chefias masculinas sendo superior, as mulheres tendiam a viver sozinhas mais frequentemente que os homens em Aldêa Velha.

Outro ponto importante que se observa a partir da distribuição dos fogos chefiados por mulheres nas localidades de Aldêa Velha é que, na área central da vila, avulta-se a representatividade deles diante do total. No Primeiro Quarteirão, as chefaturas femininas representam 35,9%, com 32 fogos, ou seja, ali, homens e mulheres dividiam, relativamente, o espaço em dois. Dessa forma, reflete-se a respeito da composição da paisagem local, onde as mulheres estavam nas ruas buscando seu sustento e repartindo os espaços.

Uma questão, já discutida neste capítulo e que vale ser retomada para maior aprofundamento, diz respeito ao estado conjugal das lideranças femininas. Desse grupo, eram 51,4% viúvas, 43,1% solteiras e apenas 5,3% casadas, como foi detalhado na Tabela 3.

Entre as viúvas, registram-se duas parteiras, duas costureiras, duas negociantes, e as demais são relacionadas como lavradoras. Excetuando o caso da senhora Ursula das Virgens, uma parteira de noventa anos que morava em Piraquê Mirim, todas as mulheres com atividades não ligadas ao campo residiam no Primeiro Quarteirão, aquele provavelmente mais urbanizado.

Já entre as solteiras, tem-se que a sua maioria, total de onze delas, sobrevivia do ofício da costura, enquanto duas trabalhavam com negócios, uma era parteira, uma era lavadeira, outra estava ligada a serviços, e achava-se um caso de que a fonte aponta a ocupação como *Guit*.^a, a qual não foi possível identificar de qual profissão se trata. Entre as casadas, haviam duas costureiras, e as outras eram todas ligadas às atividades agrícolas.

Destaca-se, assim, que nos estados conjugais demarcados, viúvas, solteiras e casadas, existiam mulheres chefiando domicílios a partir do trabalho com a costura e com as roças. Além disso, enumeram-se, também, parteiras e negociantes entre viúvas e solteiras. Essas informações trazem luz à forma como as chefas de domicílio sustentavam suas proles e demais pessoas ligadas aos seus fogos. Para mais, revela um pequeno retrato de como as mulheres se envolviam com as atividades econômicas ligadas ao âmbito público da comunidade.

Realçam-se, ainda, por comporem um grupo de 143 mulheres, representando 85,6% de todos os fogos femininos, aquelas ligadas às atividades rurais. Eram mulheres que cuidavam do plantar e do colher e que, em alguns casos, localizavam-se distantes dos vizinhos, estando, assim, a mercê de todo tipo de dificuldade, contando apenas com a ajuda dos residentes em sua casa.

Uma das explicações para a adaptação dessas mulheres ao ambiente rural está vinculada à origem, étnica e cultural, indígena. Eram 134 as indígenas lavradoras e supõe-se, que herdeiras do conhecimento sobre a floresta e sobre uma medicina da vida prática, viviam bem mesmo diante da rusticidade da vida rural.

As chefas indígenas compunham 25,3% de todos os domicílios de Aldêa Velha e eram seguidas pelas pardas, com 1,9%, logo pelas brancas, com 1,8%, as negras, com 0,5%, e, por fim, as caribocas, com 0,3% dos domicílios, conforme se constata na Tabela 7.

Tabela 7 - Chefes de Domicílios: cor e raça. Aldêa Velha, 1843

Raça	Número			% em relação ao total		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Branca	10	59	69	1,8	10,6	12,4
Cariboca	2	6	8	0,3	1,0	1,3
Índio	141	281	422	25,4	50,8	76,2
Negra	3	7	10	0,5	1,2	1,7
Parda	11	33	44	1,9	5,9	7,8
TOTAL:	167	386	553	100%		

As interpretações daqueles dados, diante da comparação com as porcentagens masculinas, revelam que, apesar de parecer relevante para o total somente a chefia de mulheres índias, também se apura que 14,5% dos fogos de pessoas brancas eram chefiados por mulheres, enquanto 23% dos domicílios caribocas eram liderados por elas, 29,4% dos domicílios de pessoas negras eram encabeçados por mulheres e 24,3% dos fogos de pessoas pardas eram as chefas que mantinham. Todos esses dados deixam claro que, proporcionalmente, em todas as etnias, o número de domicílios chefiados por mulheres era significativa.

Tabela 8 - Tipos de Domicílio Chefiados por mulheres em Aldêa Velha, 1843

Tipos de Domicílio	Número Absoluto	Número Relativo
Singular	51	30,5%
Desconexo	12	7,1%
Nuclear	98	58,6%
Extenso	0	0%
Aumentado	4	2,3%
Fraterno	2	1,1%
TOTAL:	167	100%

Verificada a relevância desses domicílios no âmbito local, o ponto que deve ser discutido é justamente a composição deles. A partir de então, será possível avaliar as facetas dos domicílios chefiados por mulheres no contexto de Aldêa Velha. Para tanto, será utilizada novamente a tipologia de Samara, que proporciona uma avaliação mais precisa de cada tipo domiciliar, delimitando características mais específicas.

Predominavam entre as chefas, segundo a Tabela 8, os domicílios de tipo Nuclear, que contabilizavam 98 pessoas, número que representa 58,6% do total. Percebe-se, então, que prevalece a tipologia mais simples também entre os fogos femininos. Desse grupo, eram 51 mulheres solteiras, 42 viúvas e apenas 5 casadas. Entre elas, 5 eram brancas, 2 caribocas, 3 pardas e a esmagadora maioria, 88, eram índias. Apenas 5 dedicavam-se à costura, 1 à *Guit.^a*, 3 aos negócios e 87 as atividades rurais. Enfim, traçando um perfil das chefas de domicílio nucleares, observa-se que em sua maioria eram solteiras ou viúvas, de origem indígena e dedicavam-se, majoritariamente, a lavrar a terra.

A segunda tipologia mais representativa era a de domicílios Singulares, que contavam com 51 pessoas, compondo, então, 30,5% das chefias femininas. No grupo em questão, predominavam as viúvas, com 33 pessoas, seguidas pelas solteiras, com 15 pessoas, e, por fim, as casadas com 4 pessoas. Cabe lembrar que os casos de domicílios singulares com pessoas casadas se devem à ausência do cônjuge na residência. Etnicamente, estavam divididas em 1 branca, 4 pardas, 2 pretas e 45 índias e trabalhavam 5 com costura, 1 como lavadeira, 3 como parteiras e 43 como lavradoras. O perfil desse grupo seria de viúvas, também de origem indígena, e dedicadas à lavoura.

Já o grupo dos domicílios Desconexos era composto por 12 mulheres, que computavam 7,1% dos domicílios. Integrado por 8 viúvas e quatro solteiras que se dividiam etnicamente em 3 brancas, 2 pardas, 1 preta e 6 índias. Desse grupo, 2 trabalhavam como costureiras, 1 como negociante, 1 com serviços gerais e 8 como lavradoras. Uma descrição desse grupo perpassa por

aspectos mais diversos, entretanto predominam as viúvas, indígenas e lavradoras, como no grupo tipológico anterior.

Os domicílios Aumentados formavam um grupo de apenas 4 mulheres, entre elas, 3 viúvas e 1 solteira, sendo 1 branca, 1 parda e 2 índias. Apenas 1 dedicava-se à costura e 3 às atividades rurais. Por fim, numeravam apenas 2 os domicílios de tipo Fraternal, de uma índia e de uma parda, solteiras e lavradoras.

Percebe-se que, nos diversos tipos de domicílios, há um número sempre elevado de mulheres índias, isso se deve à composição étnica da região, marcada pela forte presença indígena. Além disso, em quase todas as tipologias, as viúvas lideram a contagem das lideranças, fenômeno esse já tratado neste capítulo, mas vale recordar que a viuvez era o principal fator para as mulheres assumirem a liderança dos fogos em Aldêa Velha.

Entretanto, cabe expor que o número de solteiras em todos os tipos de domicílios é relevante. Isso leva à reflexão a respeito da importância que as solteiras possuíam no contexto de Aldêa Velha, afinal, representavam 43,1% das chefias femininas. A composição desses domicílios pode revelar novas pistas de aspectos da vida dessas mulheres, e não só das solteiras, mas, sobretudo, das viúvas e das casadas.

Para compreender a composição desses domicílios, o uso da classificação geral de Samara¹⁴² (Quadro 2) ajudará a explicar de forma mais específica os arranjos dos fogos. A autora criou sessenta e oito subdivisões nas cinco tipologias dos domicílios com objetivo de esmiuçar características, como a existência de filhos, netos, aparentados, escravos ou agregados. Descreve, ainda, se o domicílio era chefiado por um casal, por um indivíduo ou não possuía um chefe definido.

¹⁴² O quadro 2 foi reproduzido integralmente de SAMARA, 1989, p. 189-190.

Quadro 2 – Estrutura das Famílias e Domicílios: classificação geral

A – Singulares

01 – indivíduo só (qualquer idade, sexo ou estado civil)

B – Desconexas

02 – casal + escravos + agregados

03 – casal + escravos

04 – casal + agregados

05 – casal + outros

06 – indivíduo + escravos + agregados

07 – indivíduo + escravos

08 – indivíduo + agregados

09 – indivíduo + outros

59 – casal + outros + escravos

60 – indivíduo + outros + agregados

61 – casal + outros + agregados

62 – indivíduo + outros + agregados

63 – casal + escravos + agregados + outros

64 – indivíduo + escravos + agregados + outros

66 – domicílio sem chefe + escravos e agregados

67 – domicílio com escravos

68 – domicílio com administrador e escravos

C – Nucleares

10 – casal

11 – casal + filhos solteiros + 1 filho casado ou viúvo (com ou sem netos)

12 – casal + filhos solteiros

13 – casal + 1 filho casado ou viúvo

14 – casal + netos

15 – casal + 1 filho casado ou viúvo + netos

16 – casal + filhos solteiros + netos

17 – indivíduo + filhos solteiros + 1 filho casado ou viúvo (com ou sem netos)

18 – indivíduo + filhos solteiros

19 – indivíduo + 1 filho casado ou viúvo

20 – indivíduo + netos

21 – indivíduo + 1 filho casado ou viúvo

22 – indivíduo + filhos solteiros + netos

D – Extensas

23 – casal + filhos solteiros + 1 filho casado ou viúvo + netos + *parentes*

24 – casal + filhos solteiros + netos + *parentes*

25 – casal + 1 filho casado ou viúvo + netos + *parentes*

- 26 – casal + netos + *parentes*
- 27 – casal + filhos solteiros + *parentes*
- 28 – casal + filhos casados ou viúvos + *parentes*
- 29 – casal + *parentes*
- 30 – casal + filhos solteiros + filhos casados ou viúvos + *parentes*
- 31 – indivíduo + filhos solteiros + filhos casados ou viúvos + netos + *parentes*
- 32 – indivíduo + filhos solteiros + netos + *parentes*
- 33 – indivíduo + filhos casados ou viúvos + netos + *parentes*
- 34 – indivíduo + netos + *parentes*
- 35 – indivíduo + filhos solteiros + *parentes*
- 36 – indivíduo + filhos casados ou viúvos + *parentes*
- 37 – indivíduo + *parentes*
- 38 – indivíduo + filhos solteiros + filhos casados ou viúvos + *parentes*

E – Aumentadas

- 39 – casal (com filhos, netos e parentes) + agregados + escravos + outros
- 40 – casal (com filhos, netos e parentes) + agregados + escravos
- 41 – casal (com filhos, netos e parentes) + agregados
- 42 – casal (com filhos, netos e parentes) + escravos + outros
- 43 - casal (com filhos, netos e parentes) + escravos
- 44 – casal (com filhos, netos e parentes) + outros
- 45 – casal (com filhos, netos e parentes) + agregados + outros
- 46 – indivíduo (com filhos, netos e parentes) + agregados + escravos + outros
- 47 – indivíduo (com filhos, netos e parentes) + agregados + escravos
- 48 – indivíduo (com filhos, netos e parentes) + agregados
- 49 – indivíduo (com filhos, netos e parentes) + escravos + outros
- 50 – indivíduo (com filhos, netos e parentes) + escravos
- 51 – indivíduo (com filhos, netos e parentes) + outros
- 52 – indivíduo (com filhos, netos e parentes) + agregados + outros

F – Fraternas

- 53 – domicílios sem chefe com vários elementos coabitantes
- 54 – domicílios sem chefe com coabitantes aparentados
- 55 – domicílios sem chefe com coabitantes não aparentados
- 56 – domicílios sem chefe + vários elementos coabitantes + escravos
- 57 – domicílios sem chefe + coabitantes parentes + escravos
- 58 – domicílios sem chefe + coabitantes não parentes + escravos
- 65 – domicílios sem chefe + coabitantes não parentes + agregados

Adaptando tal quadro às estruturas das famílias e domicílios chefiados por mulheres de Aldêa Velha, tem-se a seguir a Tabela 9, que mostra as classificações observadas na região.

Tabela 9 – Estrutura das famílias e domicílios chefiados por mulheres.
Aldêa Velha, 1843

Classificação	Número total
A – 1	51
B – 6	1
B – 7	3
B – 8	7
B – 66	1
C – 18	97
C – 20	1
E – 48	3
E – 50	1
F – 54	2
Total	167

Feita a classificação, segundo o quadro 2, de todos os domicílios chefiados por mulheres em Aldêa Velha no ano de 1843, podem ser percebidas as múltiplas facetas da organização dos domicílios da região.

Um aspecto específico dos domicílios Singulares, classificados como 1, chama a atenção. As três mulheres que trabalhavam como parteiras nesse grupo eram anciãs, duas com oitenta anos e uma com noventa anos. Imagina-se um alto grau de autonomia, já que lideravam suas residências e percorriam a vila auxiliando o nascimento dos novos habitantes.

Os domicílios Desconexos da região possuíam quatro distintas classificações. Apenas um pode ser classificado como 6, ou seja, era composto por um indivíduo acompanhado de escravos e agregados. Três são classificados como 7, isto é, compostos por indivíduos e escravos. Sete são delimitados com a classificação 8, indivíduos acompanhados de agregados, e, por fim, apenas um domicílio representa a classificação 66, um domicílio sem chefe, acompanhado de escravos e agregados.

Em quase todas as nomenclaturas, marca-se a presença de mulheres sozinhas que lideram seus fogos, ou seja, coordenavam o trabalho de escravos e agregados. Apenas no caso do domicílio classificado como 66, não há chefe definido, e isso se explica por esse ser um domicílio composto por pessoas escravizadas e agregados de origem indígena. Apesar de não haver referência alguma na fonte, provavelmente essas pessoas trabalhariam para Alexandre Roza Pereira, lavrador, branco e morador do fogo vizinho. Entretanto, no momento da compilação da contagem de população, o autor identificou esse grupo em outro fogo, infere-se por residirem, de fato, numa casa ao lado da do seu senhor.

Os domicílios chefiados por mulheres de tipo Nuclear possuem uma chamativa regularidade, pois 97 deles possuem a mesma configuração, são classificados por 18, ou seja, são compostos por um indivíduo e filhos solteiros. O modo uniforme com que se dá essa classificação indica que, sozinhas, essas mulheres cuidavam do sustento de sua prole, que, na maior parte dos casos, era arranjada por crianças e adolescentes.

Entre os domicílios Nucleares, o único caso que fugiu à regra foi o de Justiniana da Silva, uma senhora indígena, viúva, com 50 anos, moradora de Calheira Velha, que liderava um domicílio acompanhada de seu neto Felipe, de 14 anos.

Vale refletir sobre a autonomia dessas mulheres diante de um ambiente tão rústico, afinal, sustentavam seus fogos sozinhas. Para mais, 51 das chefas de domicílios Nucleares eram solteiras e nesses casos ou escolhiam criar sua prole de forma solitária, sem se casarem, ou foram abandonadas pelos parceiros. Ainda, tem-se a suposição de que mantinham relações não oficiais que os recenseadores recusaram-se a registrar.

Para registro, não foram contabilizados domicílios de tipo Extensos entre as chefaturas femininas. Assim, confirma-se o predomínio dos domicílios de composição mais simples em Aldêa Velha, mesmo diante das lideranças de mulheres. A categoria “Simples” compreende os domicílios formados por casais ou indivíduo, homem ou mulher, solteiro ou viúvo, com filhos.

Os quatro domicílios listados como Aumentados possuem composição similar. Três deles são delimitados como 48, ou seja, indivíduos, acompanhados de filhos, netos, parentes e agregados. O único com classificação 50 difere apenas no fato de não possuir agregados, mas sim escravos. São, em geral, domicílios pequenos, constituídos por entre 3 a 7 moradores.

Foram contabilizados 2 domicílios Fraternos, um deles é liderado por uma menina parda de 13 anos chamada Durcelina. O outro por Angélica, uma índia de 10 anos. A pouca idade dessas lideranças leva a questionar a fonte sobre esse registro, além disso, nos dois casos, o registro no original está no começo de uma nova folha. Existe a possibilidade de um erro do autor da contagem ao considerar esses grupos como novos fogos. Outro aspecto que contribui para esse questionamento é que, pelo menos em Aldêa Velha, esses são os dois únicos fogos chefiados por pessoas com menos de 18 anos. Entretanto, como não há condição de comprovar o equívoco, considera-se a chefia de Durcelina e Angélica para o estudo.

Enfim, a partir dos dados apresentados, muitas reflexões são permitidas a respeito do modo de ser das mulheres de Aldêa Velha da época. Liderando sozinhas 167 fogos, essas mulheres compunham a paisagem da vila, circulando pelas ruas e tratando de cuidar dos seus ofícios.

Não há possibilidade de construir um padrão único para caracterizar as chefias femininas de domicílios em Aldêa Velha, pois são, de fato, multifacetados e exaltam uma diversidade de aspectos, verificados nas composições discutidas neste trabalho. No entanto, percebe-se uma maior incidência, entre as chefas, de mulheres indígenas, viúvas e jovens na faixa etária entre 20 a 39 anos.

Como apontado anteriormente, a liderança de fogos por parte das mulheres não possui facetas únicas por todo país. Comentou-se que, em São Paulo, avultava-se a liderança de mulheres brancas, enquanto, em Minas Gerais, são as mulatas que, predominantemente, lideravam os fogos femininos. Já no Espírito Santo, pelo menos em Aldêa Velha, prevalecia a composição por mulheres indígenas.

Como a população de Aldêa Velha é predominantemente indígena, abre-se a possibilidade de cogitar se nas comunidades com maioria indígena, no restante do país, os números de domicílios chefiados por mulheres também se faziam significativo. Em Aldêa Velha, elas compunham 30,19% dos domicílios, e essa constatação pode ser um passo para confirmação da suposição acima.

Em se tratando da composição dos domicílios femininos, observou-se o predomínio de um tipo específico de fogos Nucleares, aqueles com mulheres sozinhas acompanhadas por filhos solteiros. Além disso, os números referentes aos fogos Singulares com chefia feminina também se mostraram relevantes.

A partir da averiguação da relevância dos fogos Nucleares e Singulares entre as chefas de Aldêa Velha, percebe-se que essas mulheres viviam de forma autônoma. Sustentavam a si e aos filhos, enfrentavam as dificuldades da rusticidade do ambiente e participavam da vida econômica da região, haja vista que seus fogos representavam mais de um quinto de toda população local.

Procurou-se perceber, em informações demográficas, os traços da vida cotidiana das mulheres de Aldêa Velha. Os números, as porcentagens e as tabelas fazem referência à vida das mulheres e das famílias, à forma como viviam e como enfrentavam a realidade da época. Porém, de acordo com Samara¹⁴³,

o mensuramento estatístico é apenas uma entrada para descortinar as estruturas do cotidiano. As relações familiares, ao nosso ver, constituem terreno onde o historiador penetra com cuidado, pois as relações que se estabelecem no dia-a-dia da população são complexas e nem sempre estão inseridas em sistemas ideológicos e de moral que servem de controle da ordem social estabelecida.

As cenas reunidas nesse trabalho demonstram que a realidade social de Aldêa Velha era complexa e multifacetada, além de mostrar, em específico, que as mulheres chefes de domicílios encontravam diferentes maneiras de organizar seus fogos e de viverem suas vidas no contexto social da época.

¹⁴³ SAMARA, 1989, p. 169.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou discutir as múltiplas características das famílias chefiadas por mulheres em Aldêa Velha, atual distrito de Santa Cruz, localizado no município de Aracruz, no Espírito Santo, no ano de 1843, e os reflexos de sua composição na vida cotidiana dos habitantes da região. Para tanto, a fonte primária utilizada, intitulada *Mappa da Populasam da Freguezia de Nossa Senr.A da Penha de Aldêa Velha; Pertencente ao anno de 1843*, constitui uma detalhada contagem de população feita pelo padre local, que destacou, além do nome de cada indivíduo, também a idade, a naturalidade, o estado civil, a cor de pele, o ofício e os membros de seu domicílio. A partir desse rico material, coletado junto ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, pode-se avaliar os arranjos dos domicílios e, em especial, aqueles dirigidos por mulheres.

O objetivo principal tratou de verificar como se estruturava a composição dessas unidades domésticas chefiadas por mulheres, apontando para a diversidade em sua constituição. Além disso, no âmbito teórico, foram considerados o debate historiográfico e os novos paradigmas acerca da composição das famílias na História do Brasil e avaliada a relação entre a História da Família e a História das Mulheres nesse debate. Em relação ao recorte geográfico e temporal da pesquisa, buscou-se compreender as características sociais e econômicas da região, identificar os arranjos familiares e suas adaptações regionais e, assim, finalmente, delimitar as multifacetadas composições familiares chefiadas por mulheres no local em questão.

O cumprimento desses objetivos ajudou a dar resposta à questão fundamental da pesquisa, que era avaliar se a existência de um número relevante de domicílios plurais com liderança feminina implicava a caracterização dos poderes referentes às mulheres nos âmbitos sociais e do cotidiano da época.

Tendo em vista que o estudo possui caráter regional, a metodologia utilizada foi o procedimento monográfico, o qual assegurou o respeito às singularidades presentes e contribuiu para o preenchimento de lacunas, garantindo, pela especificidade da pesquisa, a preservação das variações relativas ao tempo, ao espaço e aos grupos sociais discutidos. Essa escolha metodológica recebeu

influência também do apontamento de pesquisadoras como Mariza Corrêa e Eni de Mesquita Samara sobre a necessidade se compor um quadro mais plural da História da Família, bem como da Mulher, por meios de estudos em distintas regiões.

Pelo fato de a pesquisa se debruçar sobre uma fonte de caráter demográfico, foi necessário aprofundar o entendimento a respeito das *dimensões* da História Demográfica e seus pontos de contatos com outros campos históricos. Observou-se que havia um frutífero conjunto de estudos responsáveis por promover, desde a década de 1970, no Brasil, a integração entre a História Demográfica e os *domínios* da História da Família e da História das Mulheres. Essas pesquisas deram fim às limitações impostas pelos paradigmas tradicionais, bem como propuseram um conjunto de novos procedimentos teóricos e metodológicos que buscavam na consulta direta aos documentos seus resultados.

Esse modo de pensar as relações entre os campos históricos consistiu na base da condução teórica desta pesquisa, que, inspirada pelos trabalhos anteriores, procurou avaliar um corpo documental capixaba e, em âmbito regional, analisar os resultados e ocupar as lacunas referentes ao assunto na historiografia local.

Uma averiguação fundamental levantada pelas pesquisas que relacionavam História Demográfica, História da Família e História das Mulheres era a de que, em diferentes contextos geográficos e temporais, o número de mulheres à frente da chefia de suas famílias era relevante. Isso refuta o senso comum, que creditava aos homens o papel único de protagonistas da gestão familiar no passado e segundo o qual cabia às mulheres o papel apenas ocasional, ou secundário, no âmbito da chefia de domicílio.

Ao ponderar a fonte utilizada nesta pesquisa a partir da questão da porcentagem de chefias femininas, averiguou-se que 30,9% de todos os domicílios de Aldêa Velha, no ano de 1843, eram chefiados por mulheres. A expressividade dessa informação serviu para cogitar um contexto social em que homens dividiam com as mulheres os espaços de atuação social. Além disso, o dado induz a pensar um panorama local em que as mulheres, potencialmente, inseriam-se nas relações econômica, sociais e até mesmo políticas da povoação da vila.

Todavia, esses espaços eram ocupados de forma desigual e, para essa constatação, foi necessário levantar o número de habitantes que estavam sob a tutela de cada um dos gêneros. Sob a tutela feminina, estavam 403 habitantes, que representavam 20,1% do total, já sob a égide masculina, estavam 1591 pessoas, representando 79,9%. Apesar disso, considerando a relevância porcentual de domicílios chefiados por mulheres e a liderança de mais de um quinto da população, é errôneo pensar esse contexto social sem acreditar que as mulheres fossem também protagonistas ou, pelo menos, co-protagonistas com significativa relevância na realidade social da época e não meramente coadjuvante, como vinha sendo demonstrado, sobretudo pelo arquétipo modelo patriarcal.

Para a condução da pesquisa na análise da composição dos arranjos domiciliares chefiados por mulheres, tornou-se necessária a adoção de um modelo de tipificações de famílias e domicílios e, para tanto, foi utilizado o desenvolvido por Eni de Mesquita Samara na obra *As mulheres, o poder e a família*, de 1989. Em Aldêa Velha, percebeu-se o predomínio dos domicílios ditos simples, ou seja, aqueles formados por casal ou indivíduo, solteiro ou viúvo, com filhos. O arranjo simples correspondia à tipificação Nuclear, estabelecida por Samara.

Foi verificado também que, em Aldêa Velha, esses domicílios Nucleares chefiados por mulheres possuíam uma chamativa regularidade, sendo sua maioria compostos por mulheres desacompanhadas com filhos. Isso indica que a maior parte dos casos de chefias femininas estava gerenciada por mulheres sozinhas, responsáveis pelo sustento de todos os integrantes do domicílio. A partir dessa investigação, pode-se ter noção do grau de autonomia em que as mulheres viviam e as dificuldades enfrentadas na sobrevivência cotidiana.

Outro aspecto importante sobre a composição dos domicílios chefiados por mulheres é que não foram contabilizados, entre eles, os domicílios complexos como os de tipo Extenso. Essa averiguação contribui para afirmação anterior de que predominavam os domicílios simples na região, além de sugerir que os domicílios possuíam mais facetas e eram mais dispersos do que acreditava a historiografia tradicional, como discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

O que se conclui, após a análise dos tipos de arranjos domiciliares em Aldêa Velha, é que não há possibilidade de se apontar um padrão único, que caracterizaria todos os domicílios chefiados por mulheres. A percepção final foi de que eram esses domicílios multifacetados e dispersos.

No entanto, caso haja a necessidade de estabelecer algum padrão entre as chefias femininas, percebe-se uma incidência maior de chefas com origem indígena, lavradoras, jovens, entre os 20 e 39 anos e viúvas. O fenômeno da viuvez é também característica distinta das chefias femininas em Aldêa Velha, haja vista que as solteiras representavam números mais expressivos em outras áreas do país, como exposto no terceiro capítulo. Essa disparidade regional reafirma a necessidade de estudos de caráter monográfico sobre o assunto, exaltando a importância dos exames das particularidades regionais.

Além dos apontamentos destacados acima, algumas questões levantadas pelo manejo da fonte dão margem a aprofundamentos futuros, como é o caso dos chefes de domicílios casados com escravos ou escravas. Averiguou-se que todos são de origem indígena e pouco se sabe sobre a sua prole, o que pode trazer inquietações a respeito das relações cotidianas dessas famílias.

Outra questão que serviria para futuras pesquisas diz respeito à delimitação da influência da cultura indígena na formação das famílias e domicílios em Aldêa Velha. É irrefutável essa influência, já que era expressivo o número de chefias de domicílios, masculinas e femininas, compostas por pessoas dessa etnia. De forma geral, a fonte utilizada na pesquisa é capaz de alimentar diversos outros questionamentos a respeito das famílias e das mulheres na região.

As informações compiladas nesta pesquisa deixam claro que o cotidiano social de Aldêa Velha era complexo e possuía facetas distintas. Demonstram, também, que as mulheres que chefiavam seus domicílios procuravam diferentes maneiras de organizar e gerenciar seus domicílios. Essas constatações caminham de acordo com a hipótese proposta no projeto desta dissertação, que alegava, justamente, que essas unidades domésticas multifacetadas, chefiadas por mulheres, dão plena possibilidade de caracterizar os poderes femininos nas mais distintas esferas cotidianas da região na época estudada.

Enfim, percebe-se, a partir do estudo dessas chefias femininas, que as mulheres quantificadas na fonte, e depois categorizadas nas tabelas, não se limitam a algarismos frios, mas se tratam de um material vivo e vibrante. Possuem, além de nomes e profissões, coragem e conhecimentos necessários para a sobrevivência própria e de sua prole, em um contexto tão penoso.

Essa pesquisa pretendeu demonstrar que a História das Mulheres de fato mudou, como alegou Michelle Perrot¹⁴⁴. Desde os objetos aos pontos de vista do estudo, preocupou-se com a atuação em diversos âmbitos sociais, e não só com a vida doméstica. A intenção foi partir de “uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança”. E, por fim, considerou que não se pode mais tratar a História a partir da atuação de apenas um dos sexos, mas sim perceber as relações entre eles, alargando assim as perspectivas, no intuito de contemplar a chamada História de Gênero.

¹⁴⁴ PERROT, 2008, p. 15.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

ARIÈS, Philippe. **A História Social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BIARD, Auguste François. **Dois anos no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade. 2006.

BORGIO, Ivan; ROSA, Léa; PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Edufes: Vitória, 1996.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo Arrabalde**. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

CAMPOS, A. P. *Ad Benedictionem*: casamento de escravos no Brasil e nos Estados Unidos. In: CARVALHO, J.M.; NEVES, L.M.B.P. (Orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander (orgs.). **Brazil: portrait of half a continent**. Nova York: The Dryden Press, 1951.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In. ALMEIDA, Mariza Suely. **Colcha de retalhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COSTA, Iraci Del Nero. **Minas Gerais: estruturas populacionais típicas**. São Paulo: EDEC, 1982.

COUTINHO, José Maria. **Uma história do povo de Aracruz**. Aracruz: Reitem, 2006.

CRUZ, Maurilen de Paulo. **Faça-se Aracruz!:** subsídios para estudos sobre o município. Serra: Tempo Novo, 1997.

ELLIOT, J.H. **O Velho Mundo e o Novo: 1492/1650**. Lisboa: Editorial Querco, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, C; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio da Janeiro: Campus, 1997. p. 617- 618.

FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores**. 2. ed. Vitória: Flor&Cultura, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da província Santa Cruz e tratado da terra do Brasil**. São Paulo: Editora Parma, 1979.

GIUCCI, Guilherme. **Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOLDANI, Ana Maria. **Demografia e feminismo**: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 67 a 84.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAROUSSE. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

LEAL, João Eurípedes Franklin. História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 503 a 534.

MAESTRI, Mario. **Terra do Brasil**: a conquista lusitana e o genocídio tupinambá. São Paulo: Moderna, 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 1997.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PRADO, Danda. **O que é família**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global Ed., 1983.

ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: R. Continente, 1977.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização do Espírito Santo. Coleção Canaã; v.4. Vitória: Arquivo Público Estadual. 1998.

SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/ Departamento estadual de Cultura, 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989

_____. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **As idéias e os números do gênero**: Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **O desenvolvimento do Porto de Vitória**: 1870-1940. Vitória: CODESA, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

WIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1989.

Revistas Acadêmicas:

BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005.

COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. In: **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória, n. 23, p. 13-27, 2009.

LOSADA. Vânia Maria. Vazios demográficos ou territórios indígenas? In: **Dimensões** – Revista de História da Ufes. Vitória, n. 11, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol. 24, n.1.

SANTOS, Estilque Ferreira. O reconhecimento do Espírito Santo pelas expedições portuguesas antes de 1535. In: **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória, n. 20, p. 203-235, 2008.

TUPY, Ismênia. Demografia histórica e família escrava no Brasil: o estágio atual da questão. In: **População e família**. São Paulo, v.3, n.3, p.227-48, 2000.

Dissertações:

REIS, Fabio Paiva. **A Serra das Esmeraldas**: cartografia, imaginário e conflitos territoriais na capitania do Espírito Santo (sec. XVII). 2011, 151p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

Artigos e publicações em meio eletrônico:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Dados Históricos dos Censos**: Estimativas da População - 1550-1870. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm> Acesso em: 12 dez. 2013.

SABOIA, Ana Lucia; COBO, Barbara. Famílias Conviventes no Censo Demográfico 2000. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/SaboiaCobo.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de famílias no Brasil: séculos XIX e XX. In: PRÉ-CONGRESSO DO XIII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). 2002, Ouro Preto (MG). p. 8. **Paper...** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Eni_Samara_Apresentação_Pr e_Congresso.pdf> Acesso em: 13 dez. 2013.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Açúcar, escravidão e chefes de domicílios: Campinas, 1765 a 1829. Trabalho apresentado na Sessão 73 – African slavery in the Américas: the Brazilian experience do XIII Congresso Internacional de História Econômica – IEHA, Buenos Aires, 22 a 26 de julho de 2002. p. 18. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/ieha-2002.pdf> Acesso em: 13 dez. 2013.

Documentos online:

http://www.ape.es.gov.br/censos_capixabas/aldea_velha_1843/L02/index.html
Acesso em: 21 fev. 2014.

http://www.ape.es.gov.br/censos_capixabas/aldea_velha_1843/L03/index.html
Acesso em: 21 fev. 2014.

ANEXO

